



INFORMS

**INFORMATIVO
MERCO SHIPPING**

**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 161/2025
Data: 20/10/2025**

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
TÚNEL ENTRE SANTOS E GUARUJÁ PODE FICAR PRONTO UM ANO ANTES COM AJUSTE NO PROJETO	4
GESTÃO DA AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS PODE SEGUIR À FRENTES DO PORTO DE ITAJAÍ.....	5
SETOR PORTUÁRIO BUSCA DESBUROCRATIZAÇÃO	6
EXPANSÃO DA POLIGONAL DO PORTO DE SANTOS AINDA NÃO SAI DO PAPEL	7
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....	8
DECISÃO DA ANTAQ EVITA COBRANÇAS INDEVIDAS NO VALOR DE R\$ 17 MILHÕES.....	8
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	9
PONTOS DO SUDESTE REGISTRAM ALTA DE 7% EM OUTUBRO COM AVANÇO DE CARGAS GERAL	9
COM INVESTIMENTOS DE R\$ 27,4 MILHÕES, PORTO DE SANTOS DÁ INÍCIO A OBRAS NA PERIMETRAL DA MARGEM DIREITA ...	11
MPOR PARTICIPA DE EVENTO SOBRE FUTURO DOS AEROPORTOS COM USO DE NOVAS TECNOLOGIAS	12
MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS COORDENA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ESPECIALISTAS EM TRANSPORTE MARÍTIMO DO MERCOSUL	13
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	14
RENAN FILHO INAUGURA NOVA DUPLICAÇÃO DA BR-101/ES-BA NO ESPÍRITO SANTO NESTA TERÇA-FEIRA (21)	14
MAIS UM LOTE DE RODOVIAS PARANAENSES VAI A LEILÃO NA PRÓXIMA QUINTA (23).....	14
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES PUBLICA EDITAL PARA DUPLICAÇÃO DE 100 QUILÔMETROS DA BR-304 NO RIO GRANDE DO NORTE.....	15
PORTAL PORTO GENTE	16
COM METODOLOGIA INÉDITA, EMPRESA NEGOCIA R\$ 400 MILHÕES EM ATIVOS VERDES NA BOLSA DE AÇÃO CLIMÁTICA	16
DO PARÁ AO VIETNÃ: SB COP SELEÇÃO 48 CASES GLOBAIS QUE TRANSFORMAM SUSTENTABILIDADE EM AÇÃO CLIMÁTICA17	17
LIDERANÇAS DO AGRONEGÓCIO CATARINENSE SE REÚNEM NO JANTAR DO AGRO DURANTE A EFAPI 2025	18
CONAB PARTICIPA DE EVENTO PARA DISCUTIR O PAPEL DAS ESTATAIS NO COMBATE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS.....	19
NOVO AEROPORTO REGIONAL DA SERRA GAÚCHA VAI IMPULSIONAR O TURISMO E A ECONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL ..	20
BE NEWS – BRASIL EXPORT	21
EDITORIAL – NOVA TARIFA NO SETOR AÉREO	21
NACIONAL - HUB – CURTAS - MINISTRO PEDE UNIÃO POLÍTICA E DEFENDE AMPLIAÇÃO DO DIÁLOGO NO GOVERNO LULA	22
<i>O pedido do ministro</i>	22
<i>Estabilidade já</i>	22
<i>A parcela do MDB</i>	22
<i>Posição estratégica</i>	22
<i>Túnel: vencedora confirmada</i>	22
NACIONAL - PETROBRAS PASSA A ATENDER OS TRÊS MAiores REFINADORES ESTATAIS DA ÍNDIA	23
NACIONAL - BRASIL LIDERA ENCONTRO SEMESTRAL DO MERCOSUL SOBRE TRANSPORTE MARÍTIMO	24
NACIONAL - MDIC LANÇA GUIA PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS ACESSAREM CRÉDITO SOBRE EXPORTAÇÕES.....	25
NACIONAL - COMPANHIAS AÉREAS TERÃO DE EXPLICAR NOVA TARIFA DE BAGAGEM DE MÃO	26
NACIONAL – CÂMARA VAI VOTAR COM URGÊNCIA PROJETO QUE PROÍBE COBRANÇA	27
NACIONAL - PROGRAMAÇÃO DO FÓRUM BRASIL EXPORT INFRAESTRUTURA 2025.....	28
BRASIL EXPORT - DEBATE NO INFRAJUR DISCUTIRÁ NOVO MARCO LEGAL PORTUÁRIO E OS IMPACTOS DO PL 733	28
PORTO DE SANTOS - CUBATÃO APRESENTA PROJETO DO CORREDOR PORTO-INDÚSTRIA AO CAP	29
REGIÃO SUL - MOVIMENTAÇÃO NO PORTO DE SÃO FRANCISCO CRESC 5% NO ACUMULADO DO ANO.....	30
OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - RUMO À COP 30	31
JORNAL O GLOBO – RJ.....	32
LICENÇA PARA PETROBRAS NA BACIA DA FOZ DO AMAZONAS VEM APÓS 'RIGOROSO PROCESSO DE ANÁLISE', DIZ MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	32
ECONOMISTAS PREVEEM QUE, COM REAJUSTE DA GASOLINA, A INFLAÇÃO PODE ATÉ FICAR ABAIXO DO TETO DA META EM 2025.....	34
PETRÓLEO FECHA EM BAIXA. DESACELERAÇÃO DA ECONOMIA CHINESA, MAIOR IMPORTADORA, E ALTA NA PRODUÇÃO PESAM35	35
GOVERNO ANUNCIA RECOMPRA DE DÍVIDA E TÍTULOS ARGENTINOS REAGEM POSITIVAMENTE.....	36
ASSOCIAÇÃO DE SERVIDORES DO MEIO AMBIENTE DIZ QUE A EXPLORAÇÃO DA FOZ DO AMAZONAS REVELA INSISTÊNCIA EM 'MODELO ATRASADO'.....	37
GEOPOLÍTICA, PETRÓLEO E TERRAS-RARAS: ENTENDA O QUE ESTÁ POR TRÁS DAS INVESTIDAS DOS EUA NA AMÉRICA LATINA38	38



INFORMS

INFORMATIVO - MERCO SHIPPING

Edição: 161/2025

Página 3 de 61

Data: 20/10/2025

www.mercoshipping.com.br

merco@mercoshipping.com.br

PRESIDENTE ELEITO DA BOLÍVIA, QUE ASSUMIRÁ PAÍS EM CRISE ECONÔMICA, PROMETE CORTAR SUBSÍDIOS E REAPROXIMAR-SE DOS EUA	39
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	41
PETROBRAS RECEBE LICENÇA DO IBAMA PARA EXPLORAR PETRÓLEO NA FOZ DO AMAZONAS	41
ANÁLISE - MARGEM EQUATORIAL: É PRECISO PERFURAR PARA BENEFICIAR OS ‘EXCLUÍDOS DE ENERGIA’	44
OPINIÃO - EVENTUAL ACORDO MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA PODE BENEFICIAR CONSUMIDORES	45
VALOR ECONÔMICO (SP).....	46
BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA TEM SUPERÁVIT DE US\$ 1,11 BI NA 3ª SEMANA DE OUTUBRO	46
PRODUÇÃO INDUSTRIAL FICA ESTÁVEL EM SETEMBRO, MAS EMPREGO RECUA, APONTA CNI	47
IBAMA: LICENÇA PARA FOZ DO AMAZONAS NÃO AUTORIZA PRODUÇÃO; VEJA O QUE A PETROBRAS PODERÁ FAZER	48
TRANSPETRO LANÇA LICITAÇÃO PARA ADQUIRIR 18 BARCAÇAS E EMPURRADORES.....	49
GOVERNO DE SP DECLARA MOTA-ENGIL VENCEDORA DEFINITIVA DE LEILÃO DE TÚNEL IMERSO SANTOS-GUARUJÁ.....	50
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	51
TKMS INICIA NEGOCIAÇÃO DE AÇÕES NA BOLSA DE FRANKFURT	51
LEVANTAMENTO MOSTRA CRESCIMENTO DAS OPERAÇÕES LOGÍSTICAS EM TODAS AS REGIÕES	51
EM ENCONTRO EMPRESARIAL, BRASIL DISCUTE AMPLIAÇÃO DA COOPERAÇÃO DA ÍNDIA COM MERCOSUL	52
TRANSPETRO ANUNCIA LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE 18 BARCAÇAS E 18 EMPURRADORES	53
PETROBRAS OBTÉM LO PARA PESQUISA EXPLORATÓRIA NA MARGEM EQUATORIAL.....	53
ARRECADAÇÃO DO AFRMM SOMA R\$ 3,3 BILHÕES NO ACUMULADO DO ANO	54
ARTIGO - COMO O BR DO MAR PODE TRANSFORMAR A LOGÍSTICA NACIONAL?.....	56
SISTEMAS INTELIGENTES SÃO APOSTA DA ASCENZ MARORKA PARA O MERCADO BRASILEIRO	57
RIO GRANDE RECEBERÁ INVESTIMENTOS DE R\$ 337 MILHÕES PARA MELHORAR INFRAESTRUTURA E OPERAÇÃO PORTUÁRIA	57
GOVERNO, SINDICATOS E SETOR DE TRANSPORTES FIRMAM TERMO PARA TRANSIÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO	58
ANP AUTORIZA RETOMADA DA OPERAÇÃO DO FPSO PEREGRINO NA BACIA DE CAMPOS	59
MOVIMENTAÇÃO DO PORTO DE SÃO FRANCISCO CRESCE EM SETEMBRO E NO ACUMULADO DO ANO	60
PORTO DE ITAGUAÍ PASSARÁ POR DRAGAGEM EMERGENCIAL	60
MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA	61

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

a tribuna DIGITAL

A TRIBUNA DIGITAL (SP)

TÚNEL ENTRE SANTOS E GUARUJÁ PODE FICAR PRONTO UM ANO ANTES COM AJUSTE NO PROJETO

Isso será possível com a redução dos módulos de concreto que serão utilizados; entenda
Por Maurício Martins 19 de outubro de 2025



Área conhecida como Linhão, em Vicente de Carvalho, será usada como canteiro para a construção da parte de desembocadura em Guarujá (Daniel Gois/ AT)

A conclusão do túnel imerso Santos–Guarujá, inicialmente prevista para 2031, poderá ser antecipada em até um ano. A possibilidade surge de um ajuste técnico avaliado no projeto, que pode reduzir o número de módulos de concreto (cada um com 145 metros), de seis para quatro, ampliando as embocaduras da ligação seca nas duas cidades. A decisão será da concessionária.

"Seriam menos elementos para imergir na hora da obra, o que traz vários benefícios. Faz a obra acontecer mais rapidamente e o canal (de navegação) ser parado menos tempo", explica o secretário estadual de Parcerias em Investimentos, Rafael Benini, em entrevista para A Tribuna.

Além disso, o secretário acrescenta que para um processo ainda mais ágil, a doca seca (canteiro de obras) destinada à fabricação dos módulos de concreto pode ser instalada na Prainha, em Guarujá, uma das seis áreas previstas em contrato. "A área mais interessante para montar essa doca seca é na Prainha, porque já está na linha do túnel. Ali talvez nem precise de um puxador para levar os elementos para afundar. Poderia ser feito como se fosse um teleférico, daria um ganho gigantesco em velocidade da obra".

Benini afirma que é necessário aguardar todo o planejamento de implantação e adequações no projeto que serão feitos em 2026, para que a obra comece em 2027, mas está otimista com a entrega. "Vamos trabalhar com a previsão de 2031, conservadora. Mas se conseguirmos fazer quatro elementos, em vez de seis, e levá-los para o canal sem puxador, via cabo, podemos falar até em começo de 2030".

Linhão

O secretário explica que a área conhecida como Linhão, em Vicente de Carvalho, será usada como canteiro de obras para a construção da parte de desembocadura em Guarujá e remanejamento de vias. O terreno fica entre a Prainha e a Praça 14 Bis. "Mas para usar o Linhão vamos ter que tirar as torres, escavar e passar por baixo (os cabos). Tem toda uma complexidade".

Andamento

Foi publicada no Diário Oficial da última quinta-feira a declaração oficial da Mota-Engil Latam Portugal S.A. como vencedora do leilão realizado em 5 de setembro, após término do período para recursos. Esta semana, diz o secretário, será feita a homologação do contrato e há um prazo de até 60 dias para que a empresa apresente todos os documentos para a assinatura, o que deve ocorrer no fim de dezembro.

Assim, no ano que vem a empresa deve trabalhar para atualizar o projeto executivo de base, que é o feito pela Dersa. "O privado vai ter que refazer algumas partes desse projeto executivo. O viário

mudou muito nesses últimos dez anos. Nesse primeiro ano, em 2026, temos que nos preocupar em ter o melhor projeto possível, com menos impacto ambiental e social".

Sobre as desapropriações de imóveis previstas no Macuco, em Santos, ele acredita que não devem impactar o cronograma. "Conversamos bastante com a população do Macuco, acertamos os valores de desapropriação, o governador esteve com eles. Ninguém vai ficar desatendido".

Rafael Benini explica que o Estado reservou mais de R\$ 500 milhões dentro do contrato para essas indenizações. "Isso não é um limite", ressalta.

Para garantir transparência e aproximar a população das etapas do projeto, Benini anunciou o lançamento de um site oficial, que passa a funcionar neste domingo (19), com informações detalhadas sobre o andamento das obras.

O investimento total na ligação seca é de R\$ 6,8 bilhões, sendo R\$ 5,1 bilhões em aportes públicos divididos entre o Governo de São Paulo e a União. O túnel terá 1,5 km de extensão, dos quais 870 metros sob o canal portuário. O projeto inclui três faixas por sentido, passagem para pedestres e ciclistas e galeria técnica de serviços.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 19/10/2025

GESTÃO DA AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS PODE SEGUIR À FRENTE DO PORTO DE ITAJAÍ

Convênio atual termina em janeiro de 2026, enquanto nova empresa pública federal ainda está em avaliação

Por Bárbara Farias 19 de outubro de 2025 às 15:03



A Autoridade Portuária de Santos (APS) firmou contrato com Itajaí em janeiro (Divulgação/APS)

A Autoridade Portuária de Santos (APS) poderá continuar administrando o Porto de Itajaí (SC) após o término do atual convênio com o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) em 2 de janeiro de 2026. O acordo, firmado em janeiro deste ano, é válido por um ano, com possibilidade de prorrogação mediante conveniência das partes e sem ônus ao ministério.

Segundo o MPor, a continuidade do chamado convênio de descentralização firmado com a APS depende de diversos fatores, entre eles a criação da Companhia Docas de Santa Catarina (CDSC) – nova empresa pública federal que deverá assumir, em definitivo, as funções de autoridade portuária do complexo catarinense. O projeto foi formalizado em setembro no Despacho Decisório 50/2025, emitido pela Secretaria Nacional de Portos (SNP), e, atualmente, está sob análise do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

A APS seguirá na gestão até o fim da incumbência, buscando o melhor para o Porto de Itajaí, pelo tempo que for delegado pelo Ministério de Portos e Aeroportos, afirmou a estatal santista.

Conforme detalhou o MPor, a proposta da nova empresa pública federal está em fase de avaliação quanto à governança, estrutura administrativa e viabilidade jurídica e financeira. Após a conclusão dessas etapas, o Governo Federal deverá encaminhar o projeto de lei ao Congresso Nacional. Somente após a aprovação no Legislativo será possível instalar a CDSC.

Investimentos e resultados

No último dia 6, o presidente da APS, Anderson Pomini, apresentou o plano de investimentos de R\$ 844 milhões para recuperação da capacidade operacional e modernização do porto catarinense. “Os recursos são próprios da APS, mas o Porto de Itajaí é parte do motivo de o caixa da companhia ter alcançado mais de R\$ 1 bilhão em receita no primeiro semestre deste ano. É justo haver investimentos na infraestrutura local. O resarcimento ao caixa da APS está previsto quando houver a outorga (pagamento ao poder público pelo espaço) a longo prazo de área arrendada em Itajaí.”

Pomini reconhece que o desafio é grande, “mas a APS tem um time preparado para atender aos dois complexos portuários.” Ele cita a retomada da movimentação em Itajaí, que alcançou crescimento expressivo em relação ao ano passado.

Estratégico

De acordo com o MPor, Itajaí é o terceiro maior porto do País em movimentação de contêineres e é considerado estratégico para o Governo Federal. É um dos principais pontos de escoamento de exportações dos setores de madeira e móveis, carnes, cerâmica e metalmecânico, além de servir como hub logístico para o Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 19/10/2025

SETOR PORTUÁRIO BUSCA DESBUROCRATIZAÇÃO

Projeto de Lei 733/2025 propõe mais flexibilidade nos arrendamentos e aproximação entre portos públicos e privados para acelerar investimentos

Por Bárbara Farias 19 de outubro de 2025 às 15:08



Atual legislação portuária, de 2013, estabelece dois regimes de exploração: a concessão de áreas nos portos organizados por meio de licitações e a autorização de uso para TUPs (Alexander Ferraz/ AT)

Os arrendamentos em portos públicos poderiam ser menos burocráticos, mais próximos do que é feito nas autorizações para terminais de uso privado (TUPs). O assunto foi discutido em audiência pública da comissão especial da

Câmara dos Deputados que analisa o Projeto de Lei (PL) 733/2025, de revisão do Marco Legal portuário, em Brasília. A sessão pública, na última quarta-feira, teve como tema os regimes de exploração no sistema portuário brasileiro.

A Lei dos Portos (12.815/2013) estabelece dois regimes de exploração portuária: concessão de áreas nos portos organizados por meio de licitações e autorização de uso de espaços fora das poligonais, mediante contrato de adesão firmado com o poder concedente após aprovação da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

O diretor-presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), Jesualdo Silva, defende mais flexibilidade para os arrendamentos. “O atual modelo funciona como um ‘pacote fechado’. Qualquer alteração necessária para atender novas demandas precisa passar por um processo demorado de aprovação, que raramente ocorre dentro dos prazos exigidos pelo negócio, o que gera burocracia, reduz competitividade e dificulta a realização de investimentos”.

Jesualdo comentou que o PL busca um modelo em que “o autorizatário possa definir a melhor forma de alcançar resultados, sem reequilíbrio econômico-financeiro, reversibilidade de bens e a dependência de aprovações externas, garantindo maior agilidade e eficiência”.

O presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop), Sérgio Aquino, ressaltou que é preciso corrigir “distorções” dentro do porto público. “Que nós possamos ter essa aproximação com os terminais privados, gerando competitividade entre os dois regimes”.

A diretora-executiva da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), Gabriela Costa, pontuou que nos arrendamentos existe a possibilidade de reequilíbrio contratual quando há interferências externas. “Já nos TUPs os riscos são totalmente assumidos pelo empreendedor. Isso traz benefícios, mas também desafios importantes”.

Órgãos públicos

Diretora de Destinação de Imóveis da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), Cassandra Nunes contestou o artigo do PL que estabelece a transferência da gestão das águas para a Antaq. “Passar o espelho d’água para a Antaq traz complicações jurídicas. Defendemos uma legislação boa com segurança jurídica para todos os empreendedores”.

A diretora da Secretaria Nacional de Portos, Ana Carolina Bomfim, comentou as preocupações do ministério em relação a pontos específicos do PL, como a prorrogação dos contratos de arrendamento por até 70 anos e a ampliação dos poderes da Antaq. “Isso exige diálogo constante, análise técnica e avaliação jurídica aprofundada antes de qualquer decisão”.

Falta de equilíbrio regulatório entre modelos é desafio

O diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Alber Vasconcelos, reforçou que o grande desafio do setor é a falta de simetria regulatória entre TUPs e as instalações portuárias arrendadas nos portos organizados. “Os dois regimes não se conversam. Precisamos modernizar o sistema, garantindo equilíbrio entre eles e maior agilidade na ocupação das áreas portuárias”.

Para Alber, é necessário inovar, tratando o tema sob a ótica da “ocupação de área” e não do serviço público. Ele sugeriu maior flexibilidade contratual, com prazos mais longos e possibilidade de renovação automática para operadores que mantenham bom desempenho.

O vice-presidente do Conselho de Administração do Instituto Brasileiro de Infraestrutura (IBI), advogado Marcelo Sammarco, citou que o artigo 55 do PL 733/2025 avança ao permitir que arrendatários façam investimentos durante o contrato por conta e risco, sem necessidade de aprovação prévia do poder concedente ou de outros órgãos públicos. “Essa medida elimina um dos principais entraves do setor, já que atualmente autorizações para investimentos podem levar até cinco anos”.

Sammarco citou como avanços no PL a possibilidade de licenciamento ambiental unificado para o complexo portuário, reduzindo a burocracia e acelerando obras, e a transferência da gestão do espelho d’água. “Nos portos públicos, para a autoridade portuária local e, nas áreas privadas adjacentes, para a Antaq. Mudanças que trazem mais agilidade, segurança e eficiência à gestão portuária”.

Relator da comissão, o deputado federal Arthur Maia (União-BA), declarou que “não há dúvida de que a Lei 12.815/2013 trouxe avanços ao TUP, mas criou uma disparidade profunda entre portos públicos e privados”, acrescentando que “o regime de exploração tem que ser desburocratizado. A audiência pública da próxima quarta-feira, às 14h30, tratará do tema ‘Mão de obra na perspectiva dos empregados’”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 19/10/2025

EXPANSÃO DA POLIGONAL DO PORTO DE SANTOS AINDA NÃO SAI DO PAPEL

Portaria prometida para setembro ainda não foi publicada, e APS aguarda manifestação do Ministério
Por Maurício Martins e Ted Sartori 19 de outubro de 2025



Atualmente, o maior complexo portuário do País tem 7,8 milhões de metros quadrados de área para uso (Alexander Ferraz/ AT)

A autorização para a expansão da poligonal do Porto de Santos em setembro ficou só na promessa. A portaria que o ministro de Portos e Aeroportos (MPor), Silvio Costa Filho, disse que deveria publicar no mês passado para ampliar parte da área organizada do cais santista não saiu.

Procurado, o MPor afirmou, em nota, que estão em fase final os trabalhos referentes às análises para ajustes e alterações para expansão de áreas do Porto de Santos. “(A autorização para) a Poligonal do Porto deverá ter sua portaria publicada ainda em 2025”, diz, sem especificar datas ou áreas que serão incluídas e nem informar o que falta para a conclusão.

No fim de setembro, o presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, disse para A Tribuna que esperava uma autorização parcial ainda naquele mês, conforme havia prometido o ministro.

Pomini afirmou que já tinham sido entregues todos os documentos pedidos à Secretaria Nacional de Portos (SNP). Na ocasião, o MPor explicou que a definição dependia de outros órgãos federais, como a Secretaria de Patrimônio da União (SPU).

Questionada, a APS enviou nota informando que “aguarda, com tranquilidade, a manifestação do Ministério de Portos e Aeroportos a respeito do pedido de expansão da Poligonal”.

Tamanho

Atualmente, o maior ativo portuário do País tem 7,8 milhões de metros quadrados (m²). A APS quer incorporar 15 áreas situadas em Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão, que totalizam 12,6 milhões de m².

Caso seja autorizado integralmente, o cais santista ampliará a sua poligonal para 20,4 milhões de m² em até 30 anos, o que representa um aumento de 162,4%.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 19/10/2025



ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

DECISÃO DA ANTAQ EVITA COBRANÇAS INDEVIDAS NO VALOR DE R\$ 17 MILHÕES



A iniciativa, que é efetiva 81% das vezes, reforça o compromisso da Agência com o equilíbrio e a justiça em todo o setor

Foto: Porto de Suape (PE)

Brasília, 17/10/2025 - Com o pilar da consensualidade, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) evitou a cobrança indevida de R\$ 17 milhões, decorrentes de taxas de sobre estadia de contêineres, em

setembro.

A sobre estadia de contêineres (detention/demurrage) é uma cobrança feita pelo armador (a empresa responsável pelo transporte marítimo e proprietária do contêiner) ao usuário da carga (importador ou exportador) quando o contêiner permanece sob sua posse por um período superior ao prazo livre estipulado em contrato.

Os acordos cumprem decisão da Agência, aprovada em agosto deste ano, que incentiva a harmonização de conflitos e a resolução rápida e efetiva para os agentes envolvidos nas cobranças. A iniciativa consolida a atuação da ANTAQ no assunto e reforça o compromisso com o equilíbrio e a justiça em todo o setor: do armador ao importador, do terminal ao consumidor final.

Em setembro, aconteceram 60 audiências conciliatórias, organizadas pelo Grupo Especializado de Fiscalização, que está ligado à Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais (SFC/ANTAQ). As partes entraram em entendimento em 49 encontros, o que significa uma efetividade de 81%. Caso não haja acordo, os processos voltam a seguir o fluxo fiscalizatório regular.

"Com uma postura conciliadora, a SFC está intermediando acordos entre usuários, agentes marítimos e armadores, garantindo que os direitos de todos os envolvidos na cadeia logística sejam respeitados", explicou o superintendente de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais, Alexandre Florambel, destacando que o setor fiscalizatório da Agência vem atuando de forma proativa para resolver um tema sensível no setor portuário.

A expectativa é que a ANTAQ realize 117 audiências até o final de outubro e já está realizando os agendamentos para novembro. "As reuniões, geralmente, duram menos de trinta minutos, o que mostra a celeridade e a eficiência desse rito sumário", ressaltou Florambel.

A gerente de Coordenação das Unidades Regionais, Flávia Pontilhão, também falou sobre a rapidez desses acordos. Para ela, a conciliação entre as partes, mesmo não sendo obrigatória, visa permitir uma solução mais rápida para as partes.

Caso os armadores e os usuários queiram, é possível celebrar um acordo antes da audiência, protocolando o termo assinado e o pedido de desistência. Quando ocorre esse tipo de acordo espontâneo, a ANTAQ analisa os documentos e arquiva a denúncia.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - **FAX:** (61) 2029-6517 - **E-mail:** asc@antaq.gov.br

Data: 20/10/2025

gov.br Presidência da República

Portos e Aeroportos

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

PORTOS DO SUDESTE REGISTRAM ALTA DE 7% EM OUTUBRO COM AVANÇO DE CARGAS GERAL



Granel sólido foi responsável por mais da metade da movimentação regional e somou 11,6 milhões de toneladas

O aumento foi impulsionado principalmente pelo bom desempenho da carga geral, com alta de 22,77%, e das cargas conteinerizadas, que avançaram 18,75%- Foto: Vosmar Rosa

Amovimentação portuária da Região Sudeste alcançou 19,7 milhões de toneladas em outubro de 2025, o que representa um crescimento de 7,05% em relação ao

mesmo período do ano anterior, segundo dados da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). O aumento foi impulsionado principalmente pelo bom desempenho da carga geral, com alta de 22,77%, e das cargas conteinerizadas, que avançaram 18,75%, refletindo a recuperação da atividade econômica e o aumento das exportações de produtos industrializados.

O granel sólido, responsável por mais da metade da movimentação regional, somou 11,6 milhões de toneladas, enquanto o granel líquido, composto por combustíveis e derivados, atingiu 1,8 milhão de toneladas, um crescimento de 10,63% no período. Entre as principais mercadorias movimentadas, os contêineres lideraram o ranking, com 5,5 milhões de toneladas, seguidos por minério de ferro (4,5 milhões t), milho (2,5 milhões t), açúcar (1,8 milhão t) e petróleo e derivados, sem óleo bruto (1,2 milhão t).



"Estamos colhendo os frutos de uma gestão voltada para a eficiência e a integração logística. A modernização dos terminais e a digitalização dos processos portuários têm colocado o Brasil em um novo patamar de competitividade", destacou o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho.

Com destaque para os portos de Santos (SP), Vitória (ES) e Itaguaí (RJ), o Sudeste é o principal corredor logístico do país, e concentra o maior volume de cargas movimentadas e sendo responsável por uma parcela significativa das exportações brasileiras de commodities, combustíveis e produtos industrializados. A região reúne uma infraestrutura portuária estratégica, interligada a polos industriais, agrícolas e de refino, o que garante eficiência e competitividade ao escoamento da produção nacional.

O Porto de Santos, maior da América Latina, é o principal ponto de saída das exportações brasileiras de açúcar, soja, milho e carne, além de registrar forte crescimento na movimentação de contêineres. Já o

Porto de Vitória, no Espírito Santo, se consolida como um hub de granéis sólidos e líquidos, com destaque para minério de ferro e celulose, enquanto o Porto de Itaguaí, no Rio de Janeiro, desempenha papel essencial na cadeia logística do setor siderúrgico e de petróleo.

Investimentos

Nos últimos meses, o Ministério de Portos e Aeroportos intensificou os investimentos na região Sudeste, com foco na modernização de terminais, ampliação da infraestrutura e incentivo à integração entre modais. Somente em 2025, foram autorizados mais de R\$ 1,5 bilhão em investimentos privados em portos de São Paulo e Rio de Janeiro.

Entre os projetos, destaca-se o investimento de R\$ 275 milhões no terminal de combustíveis marítimos Tecma, em São João da Barra (RJ), e R\$ 1,24 bilhão na modernização do Porto de Santos. Além disso, o Sudeste lidera os investimentos nacionais na indústria naval, com R\$ 1,54 bilhão aprovados via Fundo da Marinha Mercante (FMM), destinados à construção e modernização de embarcações.

Parte significativa dos recursos foi direcionada ao Rio de Janeiro, que concentra grande parte dos estaleiros e atividades offshore. Os investimentos tem como objetivo ampliar a capacidade operacional dos portos, atrair novas cargas e fortalecer a logística intermodal na região Sudeste.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 20/10/2025

COM INVESTIMENTOS DE R\$ 27,4 MILHÕES, PORTO DE SANTOS DÁ INÍCIO A OBRAS NA PERIMETRAL DA MARGEM DIREITA



Iniciativa visa dar mais fluidez ao escoamento de cargas e trazer melhorias para a infraestrutura urbana da região; obras começam no dia 20 de outubro

Obras vão melhorar a logística do maior complexo portuário do Brasil - Foto: Divulgação/APS

A Autoridade Portuária de Santos (APS), empresa pública vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), dá início às obras na Avenida Perimetral da margem direita do Porto de Santos, na região da Alemaoa. Com um investimento de R\$ 27,4 milhões, a iniciativa é estratégica para aprimorar a logística do maior complexo portuário do Brasil e beneficiar diretamente os municípios do entorno. A primeira fase das obras tem início nesta segunda-feira (20).



Perimetral do Porto de Santos

As obras, que começam no fim do Viaduto Paulo Benevides e se estendem pela Rua Augusto Scarabotto e Avenida Engenheiro Augusto Barata, são focadas no principal corredor de acesso de cargas ao porto. O projeto inclui a substituição completa do pavimento por concreto, a adequação das faixas de rolamento, a modernização da iluminação com tecnologia LED e a implantação de nova sinalização. O objetivo principal é garantir mais fluidez e segurança ao tráfego de caminhões que acessam os terminais, reduzindo gargalos logísticos e otimizando o tempo de escoamento dos produtos.

Esta obra é a primeira de quatro fases de um projeto maior de requalificação da via, que tem conclusão total prevista para dezembro de 2026.

De acordo com o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, as obras vão levar melhorias não apenas para a estrutura do porto, como vão beneficiar a população ao redor. "Investir no acesso ao Porto de Santos é garantir mais eficiência para o comércio brasileiro e, ao mesmo tempo, mais qualidade de vida e segurança para a população da Baixada Santista", ressaltou.

"Estamos garantindo mais eficiência para o comércio brasileiro e, ao mesmo tempo, mais qualidade de vida e segurança para a população da Baixada Santista"

Silvio Costa Filho

O presidente da APS, Anderson Pomini, destacou que a obra faz parte da retomada dos investimentos do governo federal nos portos brasileiros. "Esta obra faz parte dos R\$ 12,5 bilhões de investimentos destes cinco anos, que podemos chamar de uma retomada do Porto de Santos. Este investimento é um dos 'nós desatados' nesta gestão, uma obra que estava parada há três anos e que dará maior fluidez ao tráfego da região", acrescentou.

Dentre os benefícios diretos para a população local, a APS destaca que será construído um novo canal de drenagem com maior capacidade de vazão, que aprimorará o escoamento da rede

municipal e ajudará a reduzir a ocorrência de alagamentos na região, um antigo anseio da comunidade.

A iniciativa faz parte de um conjunto de soluções viárias estruturantes para a Baixada Santista, que inclui a construção de dois novos viadutos de acesso na entrada do Porto, em parceria com a concessionária das rodovias estaduais, e a futura implantação do Túnel Santos-Guarujá.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 20/10/2025

MPOR PARTICIPA DE EVENTO SOBRE FUTURO DOS AEROPORTOS COM USO DE NOVAS TECNOLOGIAS

Encontro promovido em parceria com a Anac e a Associação Brasileira de Aeroportos reuniu autoridades e especialistas em São Paulo para debater modernização e segurança nos terminais do país



MPor participa de evento sobre futuro dos aeroportos com uso de novas tecnologias - Foto: Marcos De Laurentis

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), em parceria com a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), e a Associação Brasileira de Aeroportos (ABR) por meio da Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC), realizou nesta quinta-feira (16) o evento “Tecnologia e Segurança – O Futuro dos Aeroportos no Brasil”, em São Paulo. O encontro reuniu especialistas, autoridades e representantes do setor aéreo para discutir como as novas tecnologias estão transformando a gestão e a operação dos aeroportos brasileiros, com foco em segurança, eficiência e melhor experiência para os passageiros. A iniciativa faz parte do projeto Aeroportos +Seguros, conduzido pela Anac, e reforça

a importância da modernização contínua nos aeroportos do país, com foco em eficiência e uso estratégico da tecnologia.

Representando o MPor, a diretora do Departamento de Investimentos da Secretaria de Aviação Civil (SAC), Luiza Deusdara, reafirmou o compromisso do Governo Federal com a modernização da infraestrutura aeroportuária e o uso de inovações que ampliem a segurança, a eficiência e o conforto dos passageiros.

“Para avançar na modernização da infraestrutura aeroportuária, principalmente com o uso de tecnologias inovadoras, é fundamental que o setor público e o privado atuem juntos na construção de modelos de negócio que sustentem esses investimentos, seja por meio do reequilíbrio dos contratos de concessão, que são instrumentos de longo prazo e precisam evoluir para incorporar marcos de inovação, seja pela instituição de políticas públicas de fomento direto”, destacou Luiza.

A diretora reforçou ainda que a adoção de tecnologia deve ser vista como aliada da segurança, da eficiência e da confiança, não apenas dos passageiros, mas de todo o ecossistema aeroportuário.

Durante o evento, foram apresentadas tecnologias que já estão sendo implementadas em aeroportos brasileiros, como o bodyscan, scanner corporal que agiliza o processo de inspeção e dispensa revistas manuais em casos específicos, e o raio X dualview, que oferece imagens mais precisas das bagagens, aumentando a segurança e reduzindo o tempo de espera.

Luiza Deusdara também moderou o painel “Novas Tecnologias – Biometria e eGates”, que discutiu soluções voltadas à automação do embarque e desembarque, como reconhecimento facial e portões eletrônicos inteligentes. Essas ferramentas têm contribuído para reduzir filas, otimizar o fluxo de passageiros e aprimorar a experiência de viagem com mais segurança e confiabilidade.

Os painéis do seminário abordaram temas centrais para o futuro dos aeroportos no Brasil, como o uso da tecnologia para ampliar a segurança operacional, estudos de caso de grandes terminais como Brasília, Viracopos e Guarulhos, inovações em automação e controle de acesso, além da importância da manutenção de equipamentos e do treinamento contínuo dos profissionais do setor.

O evento contou ainda com a presença do diretor da Anac, Tiago Pereira, do presidente da ABR, Fábio Rogério Carvalho, e de representantes de concessionárias e operadores aeroportuários. A programação técnica trouxe debates e trocas de experiências que reforçam a relevância da cooperação entre poder público e iniciativa privada para o fortalecimento e a modernização da aviação civil brasileira.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 17/10/2025

MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS COORDENA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ESPECIALISTAS EM TRANSPORTE MARÍTIMO DO MERCOSUL

Objetivo ampliar o diálogo sobre o transporte marítimo entre os países do bloco e seus associados



MPor coordena a reunião semestral da Comissão de Especialistas em Transporte Marítimo (CETM) - Foto: Gabriel Braga

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) coordenou a reunião semestral da Comissão de Especialistas em Transporte Marítimo (CETM), que integra o Subgrupo de Trabalho nº 5 (SGT-5) do Mercosul, na última quarta-feira (15), para ampliar o diálogo sobre o setor entre os países do bloco e seus associados. O encontro, realizado em formato híbrido, contou com a presença de representantes em Brasília, na sede da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), e de participantes conectados de forma online.

A proposta é identificar interesses comuns e buscar convergências que promovam o desenvolvimento do transporte marítimo na região. O espaço também serve para alinhar posições que possam ser defendidas conjuntamente em fóruns internacionais, conforme destacou o chefe substituto da Assessoria Internacional do Ministério de Portos e Aeroportos, Márcio Gabardo, que representou a pasta no encontro.

“A reunião do CETM é importante para o intercâmbio de opiniões, o fomento à cooperação, o desenvolvimento do transporte marítimo regional e a coordenação de posições em foros internacionais”, pontuou Gabardo.

Durante a agenda técnica, o Ministério apresentou iniciativas voltadas à descarbonização do setor de transporte aquaviário, em exposição conduzida pelo coordenador de Políticas de Navegação Marítima do ministério, Eduardo da Silva Pereira.

A reunião também contou com apresentações de Patrícia Stelling, da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), sobre estudo a respeito da descarbonização do transporte aquaviário; do Capitão de Mar e Guerra Mauro José Rocha de Araújo, representando a Marinha do Brasil, que tratou da atuação da instituição junto à Organização Marítima Internacional (OMI); e de Luís Fernando Resano, diretor-executivo da Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (ABAC), que abordou as perspectivas da descarbonização para a cabotagem brasileira e as oportunidades para a navegação marítima entre países do Mercosul.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 17/10/2025



gov.br Presidência da República
≡ Ministério dos Transportes

GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

RENAN FILHO INAUGURA NOVA DUPLICAÇÃO DA BR-101/ES-BA NO ESPÍRITO SANTO NESTA TERÇA-FEIRA (21)

Com investimento de R\$ 118,5 milhões, obra amplia a capacidade de tráfego entre Guarapari e Anchieta, no Sul do estado

O ministro dos Transportes, Renan Filho, inaugura, nesta terça-feira (21), um novo trecho de duplicação da BR-101/ES-BA, entre os quilômetros 347 e 354, no Sul do Espírito Santo. As intervenções, que somam R\$ 118,5 milhões em investimentos, beneficiarão diretamente os municípios de Guarapari e Anchieta, proporcionando maior segurança viária e fluidez ao tráfego na rodovia.

A duplicação integra o novo contrato de concessão da BR-101/ES-BA, sob responsabilidade da concessionária Ecovias Capixaba, que prevê R\$ 10 bilhões em investimentos ao longo de toda a extensão da rodovia.

O trecho inaugurado conta com um retorno em nível, uma interseção em desnível, duas novas pontes, além de reforços e alargamentos em outras duas estruturas já existentes. Com a conclusão dessa etapa, 22 quilômetros de pista duplicada, entre os quilômetros 335 e 357,7, passam a estar totalmente liberados para o tráfego.

Na mesma data, o ministro Renan Filho vistoria o andamento de outras duas obras na BR-101/ES-BA:

- Entre os quilômetros 242 e 247, na Serra, com entrega prevista ainda para este ano;
- Entre os quilômetros 357 e 373, entre os municípios de Alfredo Chaves e Iconha, cujos trabalhos tiveram início em agosto.

A cerimônia contará também com a presença do diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Guilherme Theo Sampaio, autoridades locais e representantes da Ecovias Capixaba.

Cobertura de Imprensa

Não é necessário credenciamento prévio para jornalistas interessados em cobrir o evento.

Serviço

Inauguração da duplicação da BR-101/ES e vistoria das obras

Data: Terça-feira, 21 de outubro

Horário: 14h

Local: Posto 5 Estrelas, quilômetro 245,2 da BR-101, na Serra (ES)

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 20/10/2025

MAIS UM LOTE DE RODOVIAS PARANAENSES VAI A LEILÃO NA PRÓXIMA QUINTA (23)

Concessionária vencedora irá investir R\$ 18,17 bilhões no estado; programa capitaneado pelo MT é o maior de infraestrutura viária da América Latina

O ministro dos Transportes, Renan Filho, leva a leilão nesta quinta-feira (23) mais um lote das Rodovias Integradas do Paraná. O trecho a ser concedido contempla um total de 627 quilômetros,



das BRs-272/369/376 e PRs-182/272/317/323/444/862/897/986. O investimento previsto em contrato, de R\$18,17 bilhões, irá beneficiar 39 cidades e gerar 156 mil empregos.

As estradas irão receber inúmeras melhorias, como duplicações, faixas adicionais, contornos e vias marginais, além de acessos, passarelas de pedestres e Pontos de Parada de Descanso (PPD) para caminhoneiros.

Este é o 4º lote da série de seis concessões que o Governo Federal, em parceria com o Governo do Paraná, promove. Os investimentos em mais de 3 mil quilômetros de estradas irão ultrapassar R\$60 bilhões, ao longo de 30 anos de contrato, configurando o maior programa de concessões rodoviárias da América Latina.

Cobertura de imprensa

Profissionais interessados em cobrir o evento devem se credenciar pelo e-mail imprensa@b3.com.br. Haverá transmissão do leilão pelo canal do Ministério dos Transportes no YouTube.

Serviço

Leilão do Lote 4 do Paraná

Quando: Quinta-feira, 23 de outubro

Horário: 14h

Local: B3 - Rua Quinze de Novembro, 275, Centro Histórico - São Paulo (SP)

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 20/10/2025

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES PÚBLICA EDITAL PARA DUPLICAÇÃO DE 100 QUILÔMETROS DA BR-304 NO RIO GRANDE DO NORTE

Intervenções nos trechos entre Mossoró e Assú e entre Macaíba e Riachuelo integram o investimento de R\$ 1 bilhão pelo Novo PAC

O Ministério dos Transportes publicou o edital para a duplicação e ampliação de capacidade da BR-304, no Rio Grande do Norte. As obras abrangem cerca de 100 quilômetros nos trechos entre Mossoró e Assú e entre Macaíba e Riachuelo.

O investimento total previsto é de aproximadamente R\$ 1 bilhão, com recursos garantidos pelo Novo PAC. Ao todo, o programa contempla sete lotes e cerca de 280 quilômetros de intervenções na rodovia.

As melhorias têm como objetivos principais aumentar a fluidez do tráfego, garantir mais segurança viária e promover o desenvolvimento regional. De acordo com o Observatório Nacional de Transporte e Logística (ONTL), as obras devem gerar aproximadamente 5,5 mil empregos diretos, indiretos e por efeito renda.

Desenvolvimento regional

Com fluxo médio diário de 6 mil veículos, a BR-304 é um dos principais corredores logísticos do Nordeste, fundamental para o escoamento da produção agrícola e industrial, além do transporte de passageiros e do fomento ao turismo local. Conhecida como "Rodovia do Futuro", a via conecta cidades estratégicas como Mossoró, Lajes e Parnamirim, além de fazer ligação com as BRs-116 e 101.

As intervenções contribuirão para o fortalecimento da economia local, com estímulo à competitividade, atração de novos investimentos, expansão do turismo e geração de emprego e renda. Pequenas e médias empresas da região também devem ser diretamente beneficiadas com o aumento da atividade econômica.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 20/10/2025

Portogente

Fazendo o mundo mais ágil.

PORTAL PORTO GENTE

COM METODOLOGIA INÉDITA, EMPRESA NEGOCIA R\$ 400 MILHÕES EM ATIVOS VERDES NA BOLSA DE AÇÃO CLIMÁTICA

Redação Portogente

Greenline Carbonsat é listada na B4 após validação de metodologia inédita

A empresa obteve certificação de eficácia superior a 99% e fortalece o mercado de créditos de carbono no Brasil



À esquerda, Erick Mussi, CEO da Greenline, ao lado de William Oliveira, apresentador do Podcast da B4 Capital

No contexto da nova regulamentação de carbono no Brasil e da proximidade da COP30, empresas de diversos setores buscam alternativas para integrar ativos verdes às suas estratégias. É nesse cenário que se destaca a B4 Capital, primeira Bolsa de Ação Climática do mundo, fundada no Brasil em 2023, que conecta empresas, entidades e geradores de créditos de carbono via tecnologia blockchain, garantindo transparência e rastreabilidade.

Impacto e relevância do mercado

Atualmente, a B4 conta com:

- 527 projetos listados
- Mais de 95 empresas compradoras
- Mais de 3.600 transações concluídas
- Total de 12,7 milhões de toneladas de CO₂eq disponibilizadas ao mercado

Entre os projetos, Cauré I e II, operados pela Greenline, geraram 5,27 milhões de toneladas de créditos de carbono em 75 mil hectares monitorados, equivalente a aproximadamente R\$ 400 milhões. A metodologia GREENLINE/GREENSAT, que utiliza dados de satélites globais para mensuração de áreas a partir de 100 hectares, foi validada pela Bureau Veritas com mais de 99% de eficácia.

"Entre a certificação de eficácia e o acesso à B4, foram mais de dois anos de auditorias técnicas e validações da nossa metodologia. Esse processo garante mais transparência e credibilidade à emissão dos créditos", explica Lucio Lopez, fundador da Greenline Carbonsat.

Tecnologia e inovação

O sistema GREENLINE/GREENSAT permite:

- Mensuração de áreas de 100 hectares com georreferenciamento facilitado
- Eliminação da necessidade de inventários florestais presenciais
- Monitoramento em regiões de difícil acesso

Apesar do sucesso, especialistas recomendam aprimorar critérios de validação. Um estudo do Climate Policy Initiative (CPI), em parceria com a PUC-Rio, mostrou que 77% do carbono protegido pelos projetos na Amazônia é adicional, ou seja, não seria preservado sem estas iniciativas.

Sobre a Greenline Carbonsat

Fundada em 2018 em Wyoming (EUA), pelo brasileiro Lucio Lopez, a empresa iniciou suas atividades monitorando vegetação e solo via satélite para mensuração de créditos de carbono. Em junho de 2024, a Greenline iniciou operações no Brasil, com capital integralizado de R\$ 51 milhões e sede em Curitiba. Um aporte adicional de R\$ 36 milhões foi realizado para expansão, consolidando a empresa como referência em soluções ambientais para preservação de florestas e áreas nativas.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 20/10/2025

DO PARÁ AO VIETNÃ: SB COP SELECCIONA 48 CASES GLOBAIS QUE TRANSFORMAM SUSTENTABILIDADE EM AÇÃO CLIMÁTICA

Redação Portogente



Setor privado apresenta 48 iniciativas selecionadas para a pré-COP30

Selecionadas entre mais de 670 propostas, as iniciativas incluem regeneração da Amazônia, capacitação em energias renováveis e cidades neutras em carbono

No Pará, florestas ganham vida novamente com a colaboração entre comunidades, investidores e compradores. No Vietnã, jovens se tornam especialistas em energias renováveis. Em Estocolmo, um bairro foi construído para operar sem emissões de carbono. Estes são três exemplos das 48 iniciativas selecionadas pela Sustainable Business COP (SB COP), coalizão global lançada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) para articular ações de sustentabilidade do setor privado e apoiar as negociações climáticas da ONU.

Da triagem global à seleção final

A SB COP, que reúne quase 40 milhões de empresas de mais de 60 países, abriu chamada pública recebendo mais de 670 propostas. Quase 60% das submissões vieram da América do Sul. Após avaliação por oito grupos de trabalho, foram selecionadas 48 iniciativas de destaque, representando soluções em:

- Transição energética
- Economia circular e materiais
- Bioeconomia
- Sistemas alimentares
- Soluções baseadas na natureza
- Cidades sustentáveis
- Finanças e investimentos para a transição
- Empregos e habilidades verdes

Exemplos de inovação em prática

Regeneração da Amazônia: No Pará, plataforma conecta comunidades, compradores e investidores para restaurar florestas e promover produção sustentável, com impacto social e ambiental.

Capacitação em energias renováveis: No Vietnã, centro técnico prepara jovens em energia solar e eólica, criando rede de institutos para apoiar a transição energética.

Cidade neutra em carbono: Em Estocolmo, bairro planejado para 3 mil pessoas integra residências, escritórios e espaços compartilhados com energia limpa, biodiversidade e economia circular.

"Esses exemplos mostram que a sustentabilidade deixou de ser um projeto paralelo e passou a ser parte da estratégia de negócios. A inovação está no coração da competitividade das empresas", destaca Davi Bomtempo, superintendente de Meio Ambiente e Sustentabilidade da CNI.

🌐 Agenda de prioridades

Além da seleção de cases, a SB COP entregou ao presidente da COP30, embaixador André Corrêa do Lago, um conjunto de 23 prioridades para acelerar a descarbonização da economia e fortalecer o papel do setor privado. Entre elas:

- Triplicar a capacidade instalada de energia renovável até 2030
- Alinhamento dos mercados globais de carbono
- Investimentos em soluções de baixo carbono e bioeconomia

Mais informações sobre todos os 48 cases podem ser conferidas em <https://sbkop30.com/>.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 20/10/2025

LIDERANÇAS DO AGRONEGÓCIO CATARINENSE SE REÚNEM NO JANTAR DO AGRO DURANTE A EFAPI 2025

Redação Portogente

🌿 Terceira edição do Jantar do Agro celebra lideranças e fortalece setor em Santa Catarina

Evento promovido pelo Sindicato dos Produtores Rurais de Chapecó reuniu autoridades, empresários e produtores rurais, destacando a importância do agronegócio para a economia brasileira



Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Chapecó e vice-presidente regional da FAESC, Luiz Carlos Travi. (Foto: Débora Favretto/ MB Comunicação)

Autoridades, produtores rurais e representantes das principais entidades do setor agropecuário de Santa Catarina participaram, na noite de quinta-feira (16), da terceira edição do Jantar do Agro. O evento ocorreu no restaurante da Casa do Criador de Suíno, no Parque de Exposições Dr. Valmor Ernesto Lunardi, dentro da

programação da Efapi do Brasil 2025.

Promovido pelo Sindicato dos Produtores Rurais de Chapecó, o encontro contou com apoio da FAESC, Senar, Campina Nutrição Animal, Cooperalfa, Sicredi, Sebrae/SC e Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária.

◆ Abertura e relevância do setor

O presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Chapecó e vice-presidente regional da FAESC, Luiz Carlos Travi, destacou a importância do agronegócio para a economia nacional:

"O Jantar do Agro reconhece o trabalho e dedicação de quem faz o agro acontecer todos os dias. O setor representa mais de 29% do PIB nacional, gera empregos, leva alimentos à mesa das famílias e impulsiona o desenvolvimento sustentável do país."

Travi também ressaltou a importância de homenagear produtores que se destacam pela atuação no campo: "Hoje celebramos não apenas conquistas, mas também o valor das pessoas, das parcerias e da inovação. Este encontro fortalece laços e inspira novas conquistas."

🏅 Trajetórias reconhecidas

Três lideranças com expressiva trajetória no setor foram homenageadas:

- **Wilson Locatelli:** empresário rural, 84 anos, reconhecido pela produção de grãos e pecuária no Oeste catarinense.
- **Fábricio Stefani:** presidente do Sindicato Rural de Abelardo Luz, atua há mais de três décadas no agronegócio e cooperativismo.
- **Terezinha de Marco Trombetta:** empresária rural em Guatambu, sócia do Sindicato Rural de Chapecó, atua na produção de grãos.

💡 Palestra de Márcio Port

Na etapa final, Márcio Port, presidente da Central Sicredi Sul/Sudeste, palestrou sobre desafios atuais do agronegócio brasileiro e a importância de valorização do setor. Ele destacou impactos de estiagens, enchentes, queda de preços e produtividade, ressaltando que o agronegócio é parte essencial da identidade nacional.

Port também apresentou a história do cooperativismo financeiro, citando as origens do Sicredi em 1902, no Rio Grande do Sul, com imigrantes alemães inspirados pelo cooperativismo europeu, dando origem a diversas cooperativas centenárias no Sul do país.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 20/10/2025

CONAB PARTICIPA DE EVENTO PARA DISCUTIR O PAPEL DAS ESTATAIS NO COMBATE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Redação Portogente

🌿 Conab apresenta soluções para segurança alimentar e produção sustentável

A Companhia Nacional de Abastecimento destacou ações voltadas ao combate à fome e à promoção da agropecuária sustentável durante evento global de empresas estatais



A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) participou do Encontro Global sobre Empresas Estatais e Ação Climática (15/09/25), promovido pelo Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), em parceria com a Petrobras, no Centro de Pesquisa e Inovação da Petrobras (Cenpes), no Rio de Janeiro (RJ). Representaram a Companhia a diretora administrativa, financeira e de fiscalização, Rosa Neide Sandes, e o superintendente de gestão de riscos, conformidade e controles internos, Marcelo Gayardi.

◆ Painel de Ação Climática e Segurança Alimentar

A diretora Rosa Neide Sandes participou do "Painel 4 - Ação Climática, Transição Justa e Segurança Alimentar", apresentando o tema "Conab: Sustentabilidade e Transição Energética". Ela destacou a importância da Conab em articular estoques reguladores para garantir a segurança alimentar e nutricional e no combate à fome em contexto de mudanças climáticas, além de mostrar medidas adotadas para aumentar a resiliência frente a eventos climáticos extremos.

"A Conab recebeu a tarefa de ser uma das companhias governamentais que atuará fortemente para retirar o Brasil do Mapa da Fome da ONU. Fizemos o dever de casa e comemoramos a saída do país desse ranking, mas ainda existem mais de 8 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional", ressaltou Rosa Neide Sandes.

O evento destacou o papel estratégico da Conab na construção de políticas públicas que combinam resiliência climática, inclusão social e soberania alimentar para uma transição justa e sustentável.

● Empresas estatais como catalisadoras de mudanças

O encontro reuniu líderes de estatais brasileiras e especialistas internacionais para debater o potencial das empresas públicas na promoção de uma economia verde. As discussões fazem parte dos preparativos para a COP30, em Belém (PA), reforçando o papel estratégico dessas instituições, que representam cerca de 20% do PIB nacional e mais de 10% do PIB global, além de realizar quase um terço dos investimentos em infraestrutura.

Participaram como painelistas representantes da EPE, Itaipu Binacional, Embrapa, Banco do Brasil, BNDES, CEF e Petronas (Malásia), além de integrantes dos ministérios do Desenvolvimento Social (MDS), Fazenda (MF), Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), da Frente Única dos Petroleiros (FUP) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O evento contou também com apoio da Flacso e da Open Society Foundations (OSF), além de autoridades econômicas internacionais de Alemanha, Chile, China e Colômbia, e acadêmicos do Instituto Alemão de Desenvolvimento e Sustentabilidade, Universidade de Massachusetts Amherst e SciencesPo-Paris.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 20/10/2025

NOVO AEROPORTO REGIONAL DA SERRA GAÚCHA VAI IMPULSIONAR O TURISMO E A ECONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL

Redação Portogente

Novo Aeroporto Regional da Serra Gaúcha terá investimento de R\$ 200 milhões

Obra anunciada pelo ministro Silvio Costa Filho em Caxias do Sul marca nova fase da aviação regional e integração econômica da região



O projeto será um marco para o desenvolvimento da Serra Gaúcha - Foto: Eduardo Oliveira/MPor

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, anunciou nesta quinta-feira (16), em Caxias do Sul (RS), a autorização de licitação das obras do novo Aeroporto Regional da Serra Gaúcha. Com investimento de R\$ 200 milhões em recursos da União, o empreendimento representa um marco para o desenvolvimento da aviação regional e para a integração econômica e turística da região.

"É um dia muito importante para todos nós porque, depois de tantos anos, temos o privilégio de iniciar o processo de licitação desse aeroporto tão aguardado pela população da Serra Gaúcha. Essa obra será fundamental para impulsionar o turismo, fortalecer o setor produtivo e gerar emprego e renda para a região", afirmou o ministro.

◆ Estrutura do novo aeroporto

Financiado integralmente com recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), o projeto contempla:

- Pista de pouso e decolagem de 1.930 metros;
- Pátio de aeronaves com oito posições;
- Taxiways e vias de acesso internas;
- Sistema de drenagem e cercamento operacional;
- Estacionamento de veículos.

O prazo de execução é de 36 meses, atendendo à crescente demanda de passageiros e cargas da Serra Gaúcha, beneficiando municípios como Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Farroupilha, Garibaldi, Gramado e Canela.

Integração e desenvolvimento regional

Costa Filho destacou que o aeroporto vai fortalecer o turismo, gerar empregos e ampliar a conectividade aérea da região, integrando passageiros e cargas de todo o país.

A decisão de implantar o terminal em Vila Oliva foi baseada em estudos técnicos conduzidos pela SAC, ANAC e autoridades locais, considerando limitações no Aeroporto Hugo Cantergiani. O governo federal estuda soluções para a gestão futura do aeroporto, reforçando a eficiência da Infraero.

O prefeito de Caxias do Sul, Adiló Domênico, ressaltou o esforço conjunto entre município e governo federal para a realização do projeto: "Esse projeto representa um sonho antigo, que começa a se tornar realidade. Estamos fortalecendo o turismo, a logística e a geração de empregos na região".

O ministro finalizou: "O presidente Lula tem um olhar especial para o Rio Grande do Sul. Só nos últimos dois anos, o PAC destinou cerca de R\$ 100 bilhões em obras de infraestrutura, habitação, portos e rodovias. Esse novo aeroporto faz parte desse esforço e será essencial para receber turistas e cargas do Brasil e do mundo".

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 20/10/2025



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – NOVA TARIFA NO SETOR AÉREO

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A recente movimentação das companhias aéreas Latam e Gol, com a introdução de uma nova categoria de tarifa, a "básica", e as subsequentes restrições impostas a uma segunda bagagem de mão reacenderam o debate sobre os direitos do consumidor e a transparência nas relações comerciais do setor aéreo. A notificação expedida pelo Procon de São Paulo e pela Secretaria Nacional do Consumidor (Senaccon) às principais empresas aéreas é um reflexo da necessidade urgente de esclarecimento.

O cerne da questão reside em garantir que o consumidor seja devidamente orientado e que a adoção de novas tarifas não se traduza em práticas que desrespeitem o Código de Defesa do Consumidor. A assessora técnica do Procon-SP, Renata Reis, levantou questionamentos pertinentes, como a real implicação da alteração tarifária na diminuição do preço final e a clareza sobre o volume e peso atrelados a essa nova modalidade.

As companhias aéreas devem explicar a adoção da nova tarifa com total transparência. As justificativas de que a tarifa básica representa um desconto para passageiros que viajam com pouca bagagem, como afirmado pela Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear) e pela Gol, precisam ser comprovadas. É imperativo que os consumidores saibam exatamente o que estão comprando e o que está sendo excluído no serviço, sem ambiguidades que possam gerar cobranças surpresa ou frustração na hora do embarque. A Latam, por exemplo, defendeu que a classe Basic, criada para rotas internacionais na América do Sul, oferece uma opção de compra mais econômica.

A Resolução nº 400 da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) assegura o direito de transportar gratuitamente uma bagagem de até 10 kg e um item pessoal na cabine. As autoridades, como o Procon-SP e a Senaccon, têm o dever de avaliar se há algum prejuízo para os passageiros e adotar as medidas cabíveis para evitar perdas aos consumidores. A distinção entre mochilas e malas de mão, mencionada pelo presidente da Anac, Tiago Fainerstein, precisa ser clara para o passageiro no momento da compra.



A iniciativa da Anac de realizar estudos técnicos para a construção de um projeto de lei no Congresso Nacional, visando a uma “regulação equilibrada”, é um movimento positivo. A legislação deve proteger o direito dos passageiros, ao mesmo tempo em que preserva a competitividade das companhias aéreas. Contudo, enquanto o novo marco legal não se estabelece, as empresas devem atuar em estrita conformidade com as regras vigentes e com os princípios da boa-fé.

A postura das autoridades em solicitar esclarecimentos e investigar a fundo as implicações das novas tarifas é um sinal de que a defesa do consumidor está em primeiro plano. O setor aéreo, essencial para a economia, precisa de segurança jurídica para operar, mas essa segurança não pode vir à custa da desinformação ou do prejuízo aos passageiros.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/10/2025

NACIONAL - HUB – CURTAS - MINISTRO PEDE UNIÃO POLÍTICA E DEFENDE AMPLIAÇÃO DO DIÁLOGO NO GOVERNO LULA

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

O PEDIDO DO MINISTRO

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho (Republicanos), defendeu nesse sábado, dia 18, que o atual momento político do País exige “diálogo e maturidade”. Em publicação na rede social X, o ministro afirmou que o Governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve ampliar a interlocução com o Centrão e com outras forças democráticas “comprometidas com o País”. Segundo o ministro, o foco principal deve ser a “pacificação e a construção de uma agenda de unidade nacional”, em vez de se concentrar apenas nas eleições de 2026.

ESTABILIDADE JÁ

“O Brasil precisa de estabilidade, responsabilidade e de líderes capazes de unir e não de dividir em nome do futuro do país”, escreveu Costa Filho. Ele concluiu afirmando que não tem dúvidas de que o presidente Lula quer ampliar o diálogo com todas as forças políticas em prol do futuro do Brasil, destacando que é “hora de unidade, de fortalecimento da democracia e das nossas instituições”.

A PARCELA DO MDB

O ministro dos Transportes, Renan Filho (MDB), tem defendido publicamente que seu partido, o MDB, indique o vice-presidente na chapa de reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2026. Em recente entrevista, o ministro avaliou que, embora a vaga tenha um “caráter simbólico”, seria crucial para fortalecer a base governista e o apoio do partido ao presidente. “A vaga de vice pode ser simbólica, mas o MDB precisa estar no centro das decisões nacionais”, tem repetido Renan Filho a aliados.

POSIÇÃO ESTRATÉGICA

Renan Filho é considerado um articulador com bom trânsito tanto no Congresso Nacional quanto junto a Lula. E tem realizado uma boa gestão em sua pasta. A defesa da vaga de vice para o MDB posiciona o ministro como protagonista no projeto de reeleição de Lula, o que pode fortalecer sua influência em futuros projetos políticos, sejam estaduais ou nacionais.

TÚNEL: VENCEDORA CONFIRMADA

O Governo de São Paulo, por meio da Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI), confirmou a empresa Mota-Engil Latam Portugal S.A. como a vencedora definitiva da Parceria Público-Privada (PPP) para a construção do Túnel Imerso Santos-Guarujá. Todo o processo pode ser acompanhado pelo novo site oficial do empreendimento – www.tunelsantosguaruja.sp.gov.br – que reúne todas as informações sobre o projeto, o cronograma de execução e o andamento das etapas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/10/2025

NACIONAL - PETROBRAS PASSA A ATENDER OS TRÊS MAIORES REFINADORES ESTATAIS DA ÍNDIA

Empresa deu mais detalhes sobre o recente acordo firmado em Nova Déli, que prevê o fornecimento de até 6 milhões de barris de petróleo em um ano

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



Petrobras vem direcionando sua atuação também para os refinadores estatais, que consomem tipos de óleo mais compatíveis com o perfil das exportações brasileiras

A Petrobras divulgou novos detalhes sobre o contrato assinado com a estatal indiana Hindustan Petroleum Corporation (HPCL) para o fornecimento de até 6 milhões de barris de petróleo em um ano. O acordo, firmado na última quinta-feira (16) durante a missão oficial do vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços,

Geraldo Alckmin, a Nova Déli, marca mais um passo da companhia na ampliação de sua presença no mercado indiano, hoje um dos mais relevantes destinos do petróleo brasileiro

**O ACORDO, FIRMADO NA ÚLTIMA QUINTA-FEIRA (16) DURANTE
A MISSÃO OFICIAL DO VICEPRESIDENTE E MINISTRO DO
DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS,
GERALDO ALCKMIN, A NOVA DÉLI, MARCA MAIS UM PASSO
DA COMPANHIA NA AMPLIAÇÃO DE SUA PRESENÇA NO
MERCADO INDIANO, HOJE UM DOS MAIS RELEVANTES
DESTINOS DO PETRÓLEO BRASILEIRO**

Com o novo contrato, a Petrobras passa a fornecer petróleo aos três principais refinadores estatais da Índia. Em fevereiro deste ano, a empresa já havia firmado acordo semelhante com a Bharat Petroleum Corporation (BPCL), também com volume de entrega de até 6 milhões de barris em um ano. A estatal brasileira mantém ainda um acordo comercial de longo prazo com a Indian Oil Corporation (IOC), a maior refinadora do país, por meio do qual já exportou mais de 20 milhões de barris nos últimos dois anos.

Segundo a Petrobras, o avanço nas exportações à Índia reflete uma estratégia de diversificação e fortalecimento da presença em mercados com alta capacidade de refino. A companhia destacou que a Índia “é, indiscutivelmente, um dos principais propulsores da economia global no presente e será ainda mais no futuro próximo”. O país, afirma a estatal, combina crescimento econômico e populacional expressivo com uma capacidade de refino superior a 5 milhões de barris por dia, sendo responsável por produzir pouco mais de 10% do petróleo que consome.

De acordo com o diretor executivo de Logística, Comercialização e Mercados da Petrobras, Claudio Schlosser, o novo contrato amplia o relacionamento da estatal com um mercado estratégico e em plena expansão. “O incremento da participação da Petrobras no suprimento de petróleo para a Índia é fruto dos constantes esforços e desenvolvimento de mercados desempenhados por nossos escritórios comerciais em Singapura, Rotterdam e Houston, coordenados pelo escritório central no Rio de Janeiro”, afirmou.

A companhia informou que, durante anos, suas relações comerciais na Índia estiveram concentradas nos refinadores privados, com destaque para a Reliance Industries Limited (RIL), que continua sendo um parceiro relevante. Nos últimos anos, entretanto, a Petrobras vem direcionando sua atuação também para os refinadores estatais, que consomem tipos de óleo mais compatíveis com o perfil das exportações brasileiras.

A Petrobras ressaltou ainda que mantém presença global e avalia continuamente os mercados internacionais para otimizar a colocação de seus volumes exportados, atuando tanto por meio de contratos de longo prazo quanto em operações no mercado spot.

Além da Índia, a estatal vem ampliando as exportações de diferentes tipos de petróleo para países como Coreia do Sul, Singapura, Tailândia e, de forma mais expressiva, para o mercado europeu. No segmento de derivados, destacou que as regiões da África, Américas e Ásia têm se tornado cada vez mais relevantes. A Petrobras comercializa atualmente mais de dez tipos de produtos derivados de petróleo no mercado internacional.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/10/2025

NACIONAL - BRASIL LIDERNA ENCONTRO SEMESTRAL DO MERCOSUL SOBRE TRANSPORTE MARÍTIMO

Ministério de Portos e Aeroportos destacou iniciativas para modernizar a frota, reduzir emissões e promover cooperação regional no setor

Da Redação redacao.jornal@redabenews.com.br



O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) coordenou na última quarta-feira (15) a reunião semestral da Comissão de Especialistas em Transporte Marítimo (CETM), integrante do Subgrupo de Trabalho nº 5 (SGT-5) do Mercosul. O encontro, realizado em formato híbrido, reuniu representantes presenciais em Brasília, na sede da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), e participantes conectados de forma remota, com o objetivo de ampliar o diálogo sobre o transporte marítimo entre os países do bloco e seus associados.

Segundo o MPor, a reunião teve como foco identificar interesses comuns e buscar convergências que favoreçam o desenvolvimento do setor na região. O espaço também permitiu alinhar posições que possam ser defendidas de forma conjunta em fóruns internacionais. "A reunião do CETM é importante para o intercâmbio de opiniões, o fomento à cooperação, o desenvolvimento do transporte marítimo regional e a coordenação de posições em foros internacionais", afirmou o chefe substituto da Assessoria Internacional do ministério, Márcio Gabardo, que representou a pasta no encontro.

Durante a agenda técnica, o ministério apresentou iniciativas voltadas à descarbonização do transporte aquaviário, em exposição conduzida pelo coordenador de Políticas de Navegação Marítima, Eduardo da Silva Pereira. O MPor destacou que a temática é considerada estratégica para o setor, apontando oportunidades para modernização da frota e redução de emissões de gases de efeito estufa.

A programação do encontro também incluiu apresentações de diferentes instituições. Patrícia Stelling, da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), apresentou estudo sobre a descarbonização do transporte aquaviário, indicando medidas que podem ser adotadas pelos países do Mercosul. O Capitão de Mar e Guerra Mauro José Rocha de Araújo, representando a Marinha do Brasil, abordou a atuação da instituição junto à Organização Marítima Internacional (OMI) e enfatizou a importância de harmonizar regulamentações regionais com padrões globais de segurança e meio ambiente.

Além disso, Luís Fernando Resano, diretor-executivo da Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (ABAC), discutiu as perspectivas de descarbonização para a cabotagem brasileira, ressaltando as oportunidades para expandir a navegação marítima entre os países do Mercosul.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/10/2025

NACIONAL - MDIC LANÇA GUIA PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS ACESSAREM CRÉDITO SOBRE EXPORTAÇÕES

Material detalha restituição de tributos e uso do crédito sobre receitas, com instruções para facilitar o acesso das empresas ao benefício

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



O Ministério ressaltou que, em 2024, o Brasil registrou 11.432 pequenas empresas exportadoras, o equivalente a 39,6% do total de empresas exportadoras do país

O Governo Federal lançou na sexta-feira (17) a Cartilha Acredita Exportação, destinada a orientar micro e pequenas empresas sobre a restituição de tributos incidentes na cadeia produtiva de bens voltados à exportação. O material detalha o

passo a passo para utilização do sistema e explica o acesso ao crédito de 3% sobre as receitas de exportação, com o objetivo de facilitar o acesso das empresas ao benefício, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic).

“O Acredita Exportação é mais um incentivo do governo federal para impulsionar as exportações, com foco em pequenos negócios. O programa se soma a outras iniciativas voltadas a reduzir barreiras e promover o acesso das empresas brasileiras a novos mercados”, disse a secretária de Comércio Exterior do Mdic, Tatiana Prazeres.

De acordo com o ministério, a devolução de 3% do valor exportado poderá ser usada para compensar tributos federais vencidos ou vincendos, ou ainda para resarcimento em dinheiro. O primeiro período de referência para solicitação do benefício abrange as exportações realizadas entre 1º de agosto e 30 de setembro.

A cartilha foi apresentada pelo diretor do Departamento de Operações de Comércio Exterior da Secex/Mdic, Renato Agostinho, durante live conjunta com a Receita Federal. Ele destacou que o sistema PER/DCOMP da Receita, atualizado em 14 de outubro, já processa automaticamente os pedidos de compensação ou resarcimento. “A iniciativa garante que o empreendedor encontre, em um só material, todas as orientações necessárias para acessar o programa. Nossa foco é que o benefício chegue de forma simples, segura e efetiva a quem faz o Brasil exportar”, afirmou Agostinho.

Segundo o Mdic, a publicação foi elaborada em parceria com a Receita Federal do Brasil (RFB) e o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMP). Na live de lançamento, participaram o subsecretário substituto de Arrecadação, Cadastros e Atendimento da RFB, Leandro Augusto Batista, e a auditora-fiscal da Receita Federal, Ana Jandira Monteiro Soares.

Pequenas empresas

O Ministério ressaltou que, em 2024, o Brasil registrou 11.432 pequenas empresas exportadoras, o equivalente a 39,6% do total de empresas exportadoras do país. Em 2014, eram 5.381 (28,6%), indicando crescimento da participação dos pequenos negócios nas vendas externas.

O programa, segundo o Mdic, beneficia setores como alimentos processados, bebidas, moda, calçados e móveis. “O Acredita Exportação vai permitir que os pequenos negócios compitam de forma mais justa no comércio internacional”, afirmou Daniela Baltazar, gestora de exportação no

setor moveleiro desde 2006. "Isso dá força, gera aprendizado e abre oportunidades para que realizem bons negócios dentro e fora do Brasil", completou.

O programa, anunciado pelo ministro Geraldo Alckmin durante a sanção da lei pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, integra a agenda do governo voltada à redução do custo Brasil, à simplificação tributária e ao fortalecimento dos pequenos negócios como agentes de desenvolvimento produtivo e de inserção internacional.

A cartilha Acredita Exportação está disponível para download no site do Mdic (www.gov.br/mdic).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/10/2025

NACIONAL - COMPANHIAS AÉREAS TERÃO DE EXPLICAR NOVA TARIFA DE BAGAGEM DE MÃO

Procon, Senaçon e Anac cobram esclarecimentos de Gol, Latam e Azul sobre mudanças na franquia de bagagem de mão e impacto para os passageiros

Da Redação Agência Brasil



Bagagem de até 10 quilos e mochila ou bolsa na cabine: aéreas terão que explicar critérios

A AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL (ANAC) ENVIOU OFÍCIO ÀS COMPANHIAS AÉREAS AZUL, GOL E LATAM SOLICITANDO ESCLARECIMENTOS SOBRE EVENTUAIS COBRANÇAS EM VOOS INTERNACIONAIS. NA LATAM, A MEDIDA JÁ ESTÁ EM VIGOR, E A GOL ANUNCIOU QUE ADOTARÁ A COBRANÇA. A AZUL INFORMOU QUE NÃO COBRARÁ PELA BAGAGEM DE MÃO EM VOOS INTERNACIONAIS

As empresas aéreas deverão explicar a implementação de uma nova categoria de tarifa, chamada de "básica", para o transporte de bagagens. Recentemente, a Gol Linhas Aéreas e a Latam Airlines comunicaram a adoção de novas tarifas com restrições a uma segunda bagagem de mão, a partir deste mês. A Fundação Procon de São Paulo notificou as empresas Azul, Gol e Latam, com prazo até esta segunda-feira (20) para o envio das explicações.

"Por exemplo, se esse tipo de alteração vai implicar em uma diminuição da tarifa; qual seria o tipo de volume e peso vinculado ao preço; que tipo de modalidade de passagem ou composição de oferta vai ser atrelado a esse tipo de nova tarifa; como a empresa vai controlar na aeronave as disposições de mochilas, pequenas malas, no mesmo voo?", disse a assessora técnica da Diretoria de Atendimento do Procon-SP, Renata Reis, à Agência Brasil.

Segundo ela, é importante que o consumidor seja devidamente orientado e tenha garantido seu direito de ter informações claras e prévias. "Nós vamos analisar essas informações para verificar as implicações e se haverá necessidade de adoção de outras medidas ou de outras providências", adiantou Renata Reis.

A Secretaria Nacional do Consumidor (Senaçon), do Ministério da Justiça e Segurança Pública, também notificou Gol e Latam para apresentarem informações sobre a comercialização das tarifas sem franquia de bagagem de mão e sobre a visibilidade dada ao consumidor.

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) enviou ofício às companhias aéreas Azul, Gol e Latam solicitando esclarecimentos sobre eventuais cobranças em voos internacionais. Na Latam, a medida

já está em vigor, e a Gol anunciou que adotará a cobrança. A Azul informou que não cobrará pela bagagem de mão em voos internacionais.

O presidente da Anac, Tiago Faiersstein, esclareceu que não há cobrança de bagagem de mão em voos domésticos, mas uma distinção entre mochilas e malas de até 10 quilos, que são acomodadas no compartimento superior das aeronaves. A Anac pretende entregar estudos técnicos para a construção de um projeto de lei no Congresso Nacional, com o objetivo de levar a uma "regulação equilibrada, preservando tanto o direito dos passageiros quanto a competitividade das companhias aéreas".

A Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear) afirmou que não existe cobrança extra. Segundo a entidade, as novas tarifas básicas representam um desconto, já que são menores que as demais, para passageiros que transportam apenas bolsas ou mochilas.

A Gol explicou que, na última terça-feira (14), colocou à disposição uma nova opção de tarifa com o nome Basic, voltada para viagens internacionais. "Os clientes que escolherem essa tarifa poderão levar na cabine apenas uma bolsa ou uma mochila (item pessoal) de até 10 kg, nas medidas máximas de 32 cm (largura) x 22 cm (altura) x 43 cm (profundidade) para que seja acomodada debaixo do assento à frente", informou a empresa.

Já a Latam reforçou que todas as tarifas comercializadas pela companhia no Brasil autorizam o transporte gratuito de uma bagagem de mão de até 10 kg. A empresa também destacou que a classe Basic, criada em 2024 para rotas internacionais na América do Sul, oferece "uma opção de compra mais econômica, ideal para passageiros que viajam com pouca bagagem".

Desde 2016, a resolução nº 400 da Anac assegura que cada passageiro tem direito de transportar gratuitamente uma bagagem de até 10 kg e um item pessoal na cabine, de acordo com os limites de segurança e de espaço da aeronave.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/10/2025

NACIONAL – CÂMARA VAI VOTAR COM URGÊNCIA PROJETO QUE PROÍBE COBRANÇA

Da Redação redacao.jornal@redabenews.com.br

Diante da repercussão sobre as novas tarifas, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Moa (Republicanos-PB), anunciou que colocará em regime de urgência o Projeto de Lei 5.041/2025, do deputado Da Vitoria (Progressistas-ES), que proíbe a cobrança de bagagem de mão em voos domésticos e internacionais. A proposta garante o direito do passageiro de levar na cabine uma mala de até 10 kg e um item pessoal, sem custo adicional.

"Um recado às companhias aéreas que querem cobrar até pela mala de mão nas viagens. A Câmara não vai aceitar esse abuso. [...] O consumidor vem em primeiro lugar", afirmou Moa nas redes sociais.

O texto do projeto considera que a cobrança "fere os princípios da transparência e da boa-fé nas relações de consumo, pois retira um direito que sempre foi reconhecido ao passageiro e transforma um serviço essencial em produto opcional".

Segundo o PL, essa política pode gerar insegurança jurídica, confusão entre consumidores e aumento das reclamações aos órgãos de defesa do consumidor e à própria Anac.

A proposta também argumenta que a medida afeta de forma desproporcional os passageiros de menor renda, que dependem de tarifas básicas e não têm condições de arcar com custos extras para transportar seus pertences.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/10/2025

NACIONAL - PROGRAMAÇÃO DO FÓRUM BRASIL EXPORT INFRAESTRUTURA 2025

Programação do fórum Brasil Export Infraestrutura 2025

28 | OUTUBRO | TERÇA-FEIRA

08h30 Credenciamento
 09h00 Inova Export
 > Iniciativa tem como proposta principal conectar pessoas, ideias e soluções nos setores de infraestrutura, logística, agronegócio, portos e comércio exterior
 10h45 Intervalo
 11h00 Painel: Protagonismo feminino e equidade de gênero no setor de infraestrutura
 Debatedoras: Cristina Castro, Superintendente de ESG e Inovação da Antaq; Vládia Pompeu, Corregedora do Ministério dos Portos e Aeroportos
 12h30 Encerramento do período
 14h00 Abertura da terceira edição da Expo Brasil Export
 14h15 InfraJur, Encontro Nacional de Direito de Logística, Infraestrutura e Transportes
 14h30 Palestra de abertura
 15h00 Painel 1 do InfraJur: O PL 733/2025 e o Poder Legislativo
 16h00 Intervalo
 16h30 Painel 2 do InfraJur: O PL 733/2025 e o Poder Judiciário
 17h30 Palestra de encerramento: Flávio Dino, Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF)
 Tema: O STF e a economia brasileira
 18h15 Intervalo
 18h30 Sessão solene
 Presença: Silvio Costa Filho, Ministro de Portos e Aeroportos; Guilherme Theo Rodrigues da Rocha Sampaio, Diretor-Geral da ANTT; Flávia Takafashi, Diretora da ANTAQ; Sergio Bacci, Presidente da Transpetro; Demais autoridades a confirmar
 20h00 Encerramento

29 | OUTUBRO | QUARTA-FEIRA

08h30 Credenciamento
 09h00 Abertura do Encontro Nacional de Autoridades Portuárias e Hidroviárias (ENAPH)
 Presença: Alex Ávila, Secretário Nacional de Portos; Wilson Lima Filho, Diretor da ANTAQ; Demais autoridades a confirmar
 09h45 Painel 1 do ENAPH: Os portos brasileiros conectados ao mundo | Atração de investimentos e cooperação internacional
 10h30 Intervalo
 11h00 Painel 2 do ENAPH: Modelos para aperfeiçoar o serviço de dragagem nos portos brasileiros
 Debatedores: Ernesto Sampaio, Diretor-Presidente da Companhia Docas de São

Sebastião; Cleverton Elias Vieira, Diretor-Presidente do Porto de São Francisco do Sul; Demais gestores a confirmar

11h45 Painel 3 do ENAPH: Inovação e boas práticas de governança nas autoridades portuárias

12h30 Encerramento do período

14h30 Painel: Impactos da geopolítica mundial no comércio exterior brasileiro

15h30 Painel: Tecon 10 e o futuro do complexo portuário de Santos

16h30 Intervalo

17h00 Apresentação InfraESG

17h30 Painel InfraESG

18h30 Cerimônia de premiação da primeira edição do Navegue + Brasil

Presença: Dino Batista Antunes, Secretário Nacional de Hidrovias e Navegação

20h00 - Encerramento

30 | OUTUBRO | QUINTA-FEIRA

08h30 Credenciamento
 09h00 Palestra de abertura
 09h30 Painel: Sistemas ferroviários de acesso aos portos brasileiros e ações para ganhos de produtividade
 Debatedores: Davi Barreto, Diretor-Presidente da ANTF; João Almeida, Diretor-Presidente da FIPS
 10h15 Painel: Estratégias para o desenvolvimento do transporte aéreo no Brasil
 Debatedores: Tiago Fainerstein, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC)
 11h00 Intervalo
 11h15 Painel: Infraestrutura de transportes | Financiamento, regulação e soluções logísticas
 Apresentação: Vander Costa, Presidente da Confederação Nacional do Transporte (CNT)
 12h00 Painel: O papel da indústria para o crescimento econômico e sustentável do Brasil
 12h45 Encerramento do período
 14h30 Painel: Os biocombustíveis como vetores de descarbonização no setor de transportes
 15h15 Painel: Investimento em infraestrutura como pilar estratégico para o crescimento da agroindústria
 16h00 Painel: Concessões e políticas fiscais | As ações dos governos estaduais para alavancar investimentos e proporcionar qualidade de vida para a população
 17h00 Encerramento

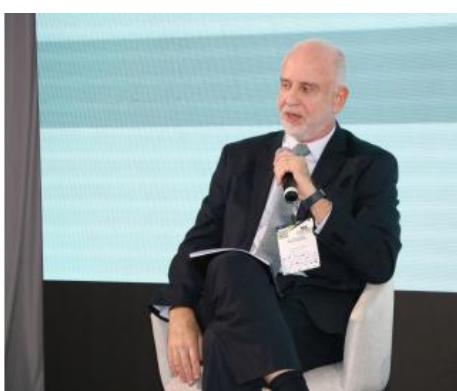
Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/10/2025

BRASIL EXPORT - DEBATE NO INFRAJUR DISCUTIRÁ NOVO MARCO LEGAL PORTUÁRIO E OS IMPACTOS DO PL 733

Painel reunirá ministros, juristas e ex-dirigentes da Antaq para discutir avanços e desafios do novo marco legal do setor portuário brasileiro

[Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebenews.com.br)



O ministro do TCU Benjamin Zymler será um dos participantes do painel do InfraJur “O PL 733/2025, o trabalho desenvolvido pela Comissão de Juristas e o Poder Judiciário”

O novo marco legal do setor portuário será tema central do painel de abertura do InfraJur, Encontro Nacional de Direito de Logística, Infraestrutura e Transportes, que integra a programação do Fórum Nacional Brasil Export Infraestrutura 2025. O debate está marcado para as 14h30 do dia 28, no hotel Royal Tulip Alvorada, em Brasília (DF), e reunirá integrantes da Comissão de Juristas (Ceportos) responsável pelo anteprojeto

que deu origem ao Projeto de Lei 733/2025.

Com o tema “O PL 733/2025, o trabalho desenvolvido pela Comissão de Juristas e o Poder Judiciário”, o painel contará com a presença de nomes de destaque do meio jurídico e regulatório, como o desembargador Celso Peel, relator-geral da Ceportos e coordenador científico do Conselho Jurídico do Brasil Export; o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Alexandre Ramos; o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Benjamin Zymler; o ministro do TST Douglas Alencar; o ex-diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) Eduardo Nery; a diretora-executiva do Instituto Praticagem do Brasil (Praticagem Brasil) Jacqueline Wendpap; e o vice-presidente da Associação Brasileira de Direito Marítimo (ABDM) Marcelo Sammarco.

A proposta do PL 733, em discussão na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, busca atualizar a legislação portuária brasileira, ampliando prazos de arrendamentos, redefinindo regras de contratação de trabalhadores e fortalecendo a regulação do setor. O texto tem caráter terminativo — ou seja, será aprovado diretamente pela comissão, sem necessidade de votação em plenário — e deve receber ajustes até o fim do ano, conforme informou o presidente do colegiado, deputado Murilo Galdino (Republicanos-PB).

O Fórum Brasil Export Infraestrutura 2025, promovido pelo Grupo Brasil Export, será realizado de 28 a 30 deste mês e reunirá autoridades públicas, parlamentares, executivos e especialistas dos setores de logística, transporte e comércio exterior. Toda a programação será transmitida ao vivo pelo canal da TV BE News no YouTube.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/10/2025

PORTO DE SANTOS - CUBATÃO APRESENTA PROJETO DO CORREDOR PORTO-INDÚSTRIA AO CAP

Proposta prevê via expressa de 13,5 km entre o Polo Industrial e o Porto de Santos para reduzir congestionamentos no Sistema Anchieta-Imigrantes

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



De acordo com projeto, o Corredor Porto-Indústria seria a continuidade da já anunciada terceira pista da Rodovia dos Imigrantes.

Apontado pela Administração Municipal de Cubatão como solução para os constantes engarrafamentos no Sistema Anchieta-Imigrantes (SAI), o projeto do Corredor Porto-Indústria (COPI) será apresentado na próxima reunião do Conselho de Autoridade Portuária (CAP), que acontece na terça-feira (21), na sede da APS.

Como o nome diz, o Copi consiste em uma via expressa de 13,5 km ligando o Polo Industrial de Cubatão ao Porto de Santos, com início na região do Sítio dos Areais, desembocando na Alemoa, já no cais santista.

De acordo com projeto, o Corredor Porto-Indústria seria a continuidade da já anunciada terceira pista da Rodovia dos Imigrantes. Com duas faixas de rolamento, acostamento, em um percurso de 10 minutos. A via teria capacidade para circulação de até 20 mil veículos por dia. Atualmente, pelo trajeto utilizado, os caminhões percorrem 18 km em 30 minutos.

“Se nada for feito, a terceira pista da Imigrantes já nascerá praticamente morta porque os gargalos das rodovias Anchieta e Cônego Domênico Rangoni continuarão os mesmos. É uma conta fácil. Com mais uma pista ligando o planalto à Baixada Santista, mais veículos, especialmente caminhões, farão

este trajeto. Se as rodovias locais continuarem como estão, os engarrafamentos só tendem a piorar", argumenta o prefeito César Nascimento.

De acordo com o chefe do Executivo cubatense, os números justificam a necessidade urgente de tirar do papel o projeto do COPI: "Atualmente passam por Cubatão 12 mil caminhões com destino ao Porto de Santos e esse número tende a crescer muito nos próximos anos", alerta.

É estimado um salto no tráfego de caminhões no Sistema Anchieta Imigrantes com a implantação da nova terceira pista da Rodovia dos Imigrantes, somada à operação do futuro megaterminal de contêineres (STS10), tem o potencial de elevar o número diário de caminhões para 29,4 mil, um aumento de até 145% em relação ao volume atual.

Cadeira no CAP

A apresentação do projeto será a primeira participação do município de Cubatão com representação oficial no Conselho da Autoridade Portuária. No início do ano, após negociações com o prefeito César Nascimento, APS concedeu assento permanente para a Cidade.

"Cubatão tem uma relação histórica com o Porto de Santos e todo o desenvolvimento do Estado de São Paulo. O que acontece aqui afeta Santos, sem contar que também temos porto em nossa Cidade. Nada mais justo termos um representante permanente no Conselho da Autoridade Portuária", conclui o prefeito.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/10/2025

REGIÃO SUL - MOVIMENTAÇÃO NO PORTO DE SÃO FRANCISCO CRESCE 5% NO ACUMULADO DO ANO

Terminal catarinense embarcou 13,5 milhões de toneladas entre janeiro e setembro, com destaque para granéis agrícolas e produtos industriais

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



As importações no mês atingiram 708 mil toneladas. Os fertilizantes atingiram 318 mil toneladas e as bobinas de aço chegaram a 369 mil toneladas

O Porto de São Francisco do Sul registrou aumento na movimentação de cargas em setembro e também no acumulado do ano, em relação ao mesmo período de 2024. No mês, foram movimentadas 1,53 milhão de toneladas, o que representa um crescimento de 3,3% em comparação com as 1,48 milhão de toneladas registradas em setembro de 2024.

No acumulado de janeiro a setembro de 2025, o volume total chegou a 13,5 milhões de toneladas, um aumento de 5% em relação ao mesmo intervalo de 2024, quando o total foi de 12,9 milhões de toneladas.

Em setembro de 2025, as exportações somaram 824,7 mil toneladas. A soja representou 543 mil toneladas desse total, enquanto o milho alcançou 271 mil toneladas.

As importações no mês atingiram 708 mil toneladas. Os fertilizantes atingiram 318 mil toneladas e as bobinas de aço chegaram a 369 mil toneladas.

"O Porto de São Francisco vem registrando esses números positivos porque está preparado para atender às demandas e exigências do mercado. É mais um resultado que confirma a sua importância

para o mercado internacional catarinense e brasileiro”, afirma o secretário de Portos, Aeroportos e Ferrovias (Spaf), Beto Martins.

Para o presidente do porto, Cleverton Vieira, o crescimento em setembro confirma a eficiência das operações e o trabalho integrado desenvolvido ao longo do ano. “Alcançar 13,5 milhões de toneladas até setembro demonstra a força do nosso Porto como eixo estratégico para exportações e importações, especialmente no agronegócio e na indústria.”

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/10/2025

OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - RUMO À COP 30



WALDECK ORNÉLAS

especialista em planejamento urbano-regional.

Autor de Cidades e Municípios: gestão e planejamento.

opiniao@portalbenews.com.br

Somos o país que tem a maior reserva florestal do mundo, temos também a maior reserva de água doce do planeta e temos a matriz energética mais limpa do globo terrestre. Somos considerados, no entanto, como vilão ambiental, quando deveríamos ser vistos como o grande herói e principal agente desta causa.

O Brasil chamou a si a missão de sediar a 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30), localizando-a, muito simbolicamente, na Amazônia. É algo em que acumulamos larga experiência, desde a Rio 92, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, passando pela Copa do Mundo da Fifa, em 2014, e as Olimpíadas de 2016, além de anualmente realizarmos, simultaneamente, enormes Carnavais em várias grandes cidades do País. Mas parece que, desta feita, a nossa expertise na realização de grandes eventos não está sendo bem-sucedida em Belém (PA).



Mas, se há problemas em relação aos aspectos organizacionais e infraestruturais da COP 30, bem mais preocupante é a situação do Brasil em relação à sua temática. É muito bom que seja realizada na Amazônia, para que as delegações estrangeiras possam, efetivamente, conhecer o que é esta floresta, seu porte, magnitude, diversidade, extensão e importância, uma vez que tem sido tema recorrente nos pronunciamentos e manifestações mundo afora, com frequência envolvendo até chefes de estado que nunca viram tão majestosa e imponente obra da natureza, até porque seus países destruíram os pequenos fragmentos florestais que tiveram, mas, ainda assim, se esmeraram em ditar regras sobre o que o Brasil deve fazer com a nossa Amazônia.

A atitude brasileira, contudo, é deveras preocupante. Somos o país que tem a maior reserva florestal do mundo, temos também a maior reserva de água doce do planeta e temos a matriz energética mais limpa do globo terrestre. Somos considerados, no entanto, como vilão ambiental, quando deveríamos ser vistos como o grande herói e principal agente desta causa.

Claro que precisamos combater com eficácia o desmatamento, as queimadas, o garimpo ilegal e tantas outras mazelas que, qualquer que seja o governo de turno, tem afetado a Amazônia. Mas, nem por isto a postura do Brasil pode deixar de ser alta, de quem é guardião do que o mundo tem de melhor em relação ao meio ambiente.

Basta confrontar as condições e os indicadores do Brasil com a dos países desenvolvidos, que são, estes sim, os grandes e maiores geradores de gases de efeito estufa, e nem por isto se sentem vilões ambientais. Nós é que deveríamos estar cobrando deles essa fatura!

Ou será que o complexo histórico de vira-lata afeta de tal modo a estima nacional, a ponto de inibir uma atitude enérgica e vigorosa em defesa dos nossos interesses nacionais?

Falta-nos um projeto de país, em que possamos sustentar os nossos argumentos. Neste sentido, é preciso seguir o exemplo da China que, estabelecidos os seus objetivos nacionais, mudou rapidamente o porte de sua economia e, só depois de haver crescido, quis entrar para a OMC (agora desprestigiada) e outros foros internacionais, quando já detentora de condições para influenciar os seus destinos. O mesmo faz os Estados Unidos da América, quando colocam os seus interesses nacionais acima até da relação com tradicionais aliados. Idem, a própria Rússia que, apesar de não capitanear mais a antiga União Soviética, adota atitudes que fazem prevalecer os seus interesses. Aliás, todos confirmam o entendimento de que países não têm amigos, só interesses.

Enquanto isto, nós aqui ficamos a adotar as pautas neocolonialistas da decadente Europa, por quem fomos colonizados, e de cuja influência parece que ainda não nos livramos.

Já passou do tempo e da hora do Brasil fazer valer a sua condição de país independente e afirmar, no concerto das nações, a nossa agenda nacional de desenvolvimento – sustentável, é certo – mas autônoma, capaz de alimentar e realizar a agenda de país do futuro, que nunca chega.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/10/2025



JORNAL O GLOBO – RJ

LICENÇA PARA PETROBRAS NA BACIA DA FOZ DO AMAZONAS VEM APÓS 'RIGOROSO PROCESSO DE ANÁLISE', DIZ MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Pasta cita Marina Silva e diz que não cabe ao órgão licenciador analisar aspectos de oportunidade e conveniência para explorar ou não petróleo, decisão que é de competência do Conselho Nacional de Política Energética

Por O Globo — Brasília



A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva — Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

O Ministério do Meio Ambiente informou em nota, nesta segunda-feira, que a licença emitida pelo Ibama que autoriza a Petrobras a perfurar um poço na área chamada de Bacia da Foz do Amazonas ocorreu após "um rigoroso processo de análise ambiental" por parte do órgão ambiental desde 2014.

O procedimento envolveu a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), a realização de três audiências públicas, 65 reuniões técnicas setoriais em mais de 20 municípios dos estados do Pará e do Amapá, além de vistorias nas estruturas de resposta à emergência e na unidade marítima de perfuração, além de uma Avaliação Pré-Operacional (APO) que mobilizou mais de 400 profissionais da Petrobras e do Ibama.

"Com sua capacidade de análise técnica, o Ibama exigiu aprimoramentos indispensáveis ao projeto, sobretudo nas medidas de resposta a emergências", disse a pasta comandada por Marina Silva.

Estruturas da Petrobras na Margem Equatorial



para a perfuração de um poço exploratório no bloco FZA-M-059, localizado em águas profundas do Amapá, a 500 quilômetros da foz do Rio Amazonas e a 175 quilômetros da costa, na Margem Equatorial brasileira.

Segundo a empresa, a perfuração na Bacia da Foz do Amazonas está prevista para ser iniciada imediatamente, com a duração estimada de cinco meses". Por meio desta pesquisa exploratória, a companhia busca obter mais informações geológicas e avaliar se há petróleo e gás na área em escala econômica. Não há produção de petróleo nessa fase.

Em nota, a pasta cita a titular Marina Silva. Diz que esse processos de licenciamento "com justa razão, despertam o legítimo interesse da sociedade civil, povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, comunidade científica, investidores e diferentes setores do governo". E que cabe legalmente ao Ibama avaliar a viabilidade técnica do referido empreendimento. Ou seja, não cabe ao órgão licenciador analisar aspectos de oportunidade e conveniência para explorar ou não petróleo, decisão que é de competência do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

"O MMA segue reafirmando que qualquer processo envolvendo áreas de elevado risco, como a Foz do Amazonas e outras, deve obedecer aos mais rigorosos critérios técnicos, científicos e ambientais, garantindo o respeito ao meio ambiente, aos povos e comunidades da região do empreendimento e às riquezas socioambientais", finaliza o texto.

A Bacia da Foz do Amazonas faz parte da Margem Equatorial, uma área de mais de 2.200 quilômetros de litoral do Norte e Nordeste, entre os estados do Amapá até o Rio Grande do Norte.

Ambientalistas dizem que a região abriga os manguezais da Costa Norte, que são o maior cinturão de manguezais do mundo, além do grande sistema de recifes da Amazônia, descoberto apenas em 2016. Um acidente petrolífero, então, poderia comprometer todo esse ecossistema.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 20/10/2025

O ministério cita a construção e operacionalização de um novo Centro de Reabilitação e Despetrolização (CRD) de grande porte em Oiapoque (AP), que se soma ao já existente em Belém; a inclusão de três embarcações offshore dedicadas ao atendimento de fauna oleada e quatro embarcações nearshore; além de outros recursos estratégicos para resposta rápida a incidentes. Além disso, durante a atividade de perfuração, será realizado novo exercício simulado de resposta à emergência, com foco nas estratégias de atendimento à fauna.

Margem equatorial — Foto: Editoria de Arte

A Petrobras recebeu nesta segunda-feira a licença de operação do Ibama

para a perfuração de um poço exploratório no bloco FZA-M-059, localizado em águas profundas do Amapá, a 500 quilômetros da foz do Rio Amazonas e a 175 quilômetros da costa, na Margem Equatorial brasileira.

ECONOMISTAS PREVEEM QUE, COM REAJUSTE DA GASOLINA, A INFLAÇÃO PODE ATÉ FICAR ABAIXO DO TETO DA META EM 2025

Com isso, Galípolo pode escapar de escrever a carta sobre estouro do limite estipulado pelo Conselho Monetário Nacional para o índice de preços

Por Mayra Castro — Rio



Petrobras reduz preço da gasolina na refinaria em 4,9% — Foto: Guito Moreto / Agência O Globo

A redução do preço da gasolina, anunciada pela Petrobras nesta segunda-feira, pode ser mais uma pressão para uma inflação menor que o esperado nos próximos meses. Com isso, alguns economistas preveem que o IPCA pode ficar até abaixo do teto da meta ao final de 2025, chegando a 4,4%.

Braz, economista do FGV Ibre, em 30 dias, o reajuste irá ocasionar uma redução de 0,11 ponto percentual. Para ele, esse impacto estará dividido entre o final de outubro, com uma queda de cerca de 0,04 ponto percentual, e o mês de novembro, com redução de até 0,7 p.p.

— Isso ajuda a inflação a convergir para a meta até porque é um subitem que tem bastante peso — disse o economista Matheus Dias, também do Ibre.

Já para Andréa Angelo, estrategista de inflação da Warren Investimentos, o impacto será praticamente integral em novembro. Se antes sua expectativa era de 0,18% nesse mês, com a revisão, o IPCA deve ficar em 0,10% no penúltimo mês do ano. Para outubro, a economista já previa um número baixo (0,13%). Por fim, para o final de 2025, a inflação foi revisada de 4,5% para 4,4%, de forma que ficaria abaixo do teto da meta.

Com isso, o presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo pode escapar do dever de fazer uma carta por estourar o teto da meta da inflação, definida pelo Conselho Monetário Nacional (CNM) em 3,5%, com margem de 1,5 p.p. para cima ou para baixo. No regime de meta contínua, é necessário que ele redija o documento caso a inflação fique fora do intervalo por 6 meses consecutivos.

Como a última carta foi escrita julho desde ano, o BC teria que escrever uma nova em janeiro, se o índice superasse os 4,5%. Mas o cenário parece estar favorável para uma conversão à meta. O Boletim Focus, realizado por economistas do próprio BC, reduziu a projeção da inflação para este ano pela quarta semana seguida, no relatório divulgado nessa segunda.

E o reajuste da gasolina parece ser apenas mais uma das pressões baixistas que os economistas veem para a inflação até o final do ano. Segundo eles, a energia elétrica não deve mais apresentar fortes altas, já que a expectativa é que retorne à bandeira verde até dezembro, e os alimentos devem se manter comportados.

— Mesmo que tenha um processo de reaceleração (do preço dos alimentos), ele vai ser menor do que ocorreu no ano passado. Então, ainda assim, a inflação está convergindo para a meta — prevê Matheus.

Para o economista, é possível até que haja mais reajustes da gasolina, já que a Petrobras vem mantendo seus preços acima do preço de paridade de importação do petróleo (PPI), e há ainda a perspectiva de queda no preço da commodity. Já Andréa acredita que seja um pouco mais difícil um novo reajuste. Para ela, seria necessária uma queda maior no preço do petróleo, ou uma maior valorização do câmbio.

— A gente teria que ver algo muito favorável acontecendo para ter outro reajuste de queda de gasolina por parte da Petrobras, que agora não parece o caso — disse ela.

No entanto, embora já comece a ser discutida, entre os economistas, a possibilidade de cortes de juros esse ano, os analistas ainda indicam expectativa de corte apenas para a primeira reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) de 2026.

— Nossa inflação de 2026 ainda está maior que a de 2025. Então se a inflação de 2025 foi para 4,4% no último trimestre, que é onde a gente está mapeando o risco de baixa, a de 2026 ficaria em 4,6%. E aí provavelmente o Banco Central está esperando ter um pouco mais de confiança nesse cenário para depois começar a queda de juros.

Enquanto alguns economistas preveem o cenário mais otimista para o fechamento de 2025, há aqueles um pouco mais conservadores. A equipe de macroeconomia do ASA revisou as projeções de 4,7% para 4,5%, de forma que a inflação ficaria bem no limite do teto da meta.

Já os analistas do Terra Investimentos veem um IPCA de 4,96% no final do ano, mesmo com a queda no preço da gasolina, já que a previsão anterior era de 5,04%. Com isso, o índice ainda estaria fora da meta.

Fonte: *O Globo - RJ*

Data: 20/10/2025

PETRÓLEO FECHA EM BAIXA. DESACELERAÇÃO DA ECONOMIA CHINESA, MAIOR IMPORTADORA, E ALTA NA PRODUÇÃO PESAM

Preço internacional do barril Brent caiu 0,46%, para US\$ 61,01

Por AFP — Washington



Preço do petróleo está em queda, puxada pela China — Foto: Bloomberg

Os preços do petróleo fecharam em baixa nesta segunda-feira, ainda afetados pelo aumento da produção em vários países exportadores, inclusive o Brasil, e pela desaceleração da economia chinesa, maior importadora de petróleo do mundo. Há temor de excesso da oferta global entre investidores.

O preço do barril de Brent do Mar do Norte, para entrega em dezembro, caiu 0,46%, ficando em US\$

61,01 — não muito distante dos níveis mais baixos desde o início de maio. Esse tipo de petróleo é a referência para a Petrobras, que comemorou hoje a obtenção da licença para perfurar um poço de pesquisa na Margem Equatorial.

O equivalente americano, o barril de West Texas Intermediate (WTI), para entrega em novembro, recuou 0,03%, para US\$ 57,52.

— O petróleo continua sob pressão porque a oferta segue aumentando, especialmente diante do aumento das cotas dos membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo e seus aliados (Opep+) — resumiu Andy Lipow, da Lipow Oil Associates, à AFP.

Desde abril, o cartel aumentou consideravelmente sua produção, o que provocou um excesso de oferta em relação à demanda no mercado.

— A isso se soma o aumento da produção nos Estados Unidos, Brasil, Argentina e Guiana, o que exerce pressão sobre o mercado — acrescentou Lipow.

Em seu último relatório mensal sobre o mercado petroleiro, a Agência Internacional de Energia (AIE) prevê um excedente de oferta de cerca de 2,2 milhões de barris por dia (mb/d) em 2025 e alerta que esse número pode chegar a quase 4 mb/d em 2026.

— Os últimos dados econômicos da China não são muito animadores — observou Phil Flynn, do Price Futures Group.

Segunda maior economia do mundo e grande importadora de petróleo, a China anunciou nesta segunda-feira uma desaceleração de seu crescimento no terceiro trimestre, no ritmo mais baixo em um ano (+4,8% em termos anuais), devido à queda no consumo interno e às tensões comerciais.

Como Pequim é o maior importador mundial de petróleo, os operadores acompanham de perto a saúde econômica do país.

O mercado ainda está atento aos últimos desdobramentos no campo comercial, depois de Pequim e Washington terem concordado no sábado em preparar novas negociações em torno das tarifas comerciais.

Nas últimas semanas, o cessar-fogo na Faixa de Gaza também foi apontado como um fator de baixa do petróleo, eliminando incertezas sobre a produção no Oriente Médio.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 20/10/2025

GOVERNO ANUNCIA RECOMPRA DE DÍVIDA E TÍTULOS ARGENTINOS REAGEM POSITIVAMENTE

Secretário de Finanças, Pablo Quirno, disse que as negociações já começaram com a assistência do JP Morgan

Por Bloomberg — Buenos Aires



Secretário de Finanças da Argentina, Pablo Quirno, anuncia Títulos da Argentina se recuperam com anúncio de recompra de dívida — Foto: Aaron Schwartz/Bloomberg

Os títulos em dólar da Argentina dispararam no fim do dia, após o secretário de Finanças, Pablo Quirno, afirmar que o governo planeja recomprar títulos soberanos para reduzir os custos de financiamento do país endividado.

Títulos com vencimento em 2035 subiram mais de um centavo, passando a ser negociados por cerca de 57 centavos por dólar, segundo dados indicativos de preços compilados pela Bloomberg. O mercado cambial estava fechado antes do anúncio, com o peso registrando leve queda no dia.

Quirno afirmou que o governo já iniciou negociações para a operação com a assistência do JPMorgan. Ele se referiu à operação como um acordo de “dívida por educação”, no qual novos empréstimos de agências e organizações multilaterais seriam usados para pagar títulos com rendimentos mais altos.

No entanto, ele não especificou quais dívidas o governo pretende recomprar, nem quem concederia os novos empréstimos.

“O tema ‘educação’ mencionado por Quirno em seu tuíte não deve ser visto como um detalhe trivial”, disse Pedro Siaba Serrate, chefe de pesquisa e estratégia da PPI Argentina. Segundo ele, isso

parece semelhante à troca “dívida por natureza” feita pelo Equador em maio de 2023 — com a diferença de que, desta vez, os recursos economizados iriam para a educação, e não para o meio ambiente.

O anúncio ocorre uma semana antes das eleições de meio de mandato, nas quais o governo do presidente Javier Milei tenta ampliar sua base no Congresso. O apoio entre os eleitores mais jovens diminuiu ao longo do último ano, à medida que os cortes de gastos de Milei começaram a surtir efeito.

A dívida da Argentina vinha oscilando entre ganhos e perdas ao longo do dia. Os títulos dispararam pela manhã após o banco central emitir um comunicado confirmando que as autoridades haviam assinado um acordo de swap cambial de US\$ 20 bilhões com os EUA. Mas o entusiasmo inicial se dissipou rapidamente diante da falta de novas informações, e os papéis recuaram ao longo da curva.

O anúncio de Quirno deu um novo impulso ao mercado.

“É claramente positivo se/quando se concretizar”, disse Jason Keene, estrategista do Barclays. “Mas, neste momento, não muda a dinâmica cambial ou eleitoral, e o mercado já está acostumado a ignorar manchetes que carecem de detalhes suficientes.”

Como ocorre com muitos dos recentes acordos financeiros, ainda restam dúvidas. Os investidores aguardam os detalhes do swap cambial firmado com os EUA, assim como de uma linha de crédito separada de US\$ 20 bilhões que está sendo negociada com credores privados. O anúncio mais recente levantou ainda mais questionamentos.

“Parece extravagante”, disse Gorky Urquiza, codiretor da equipe de dívida de mercados emergentes da Neuberger Berman. “Eles estão lutando para conseguir dinheiro para pagar os compromissos de janeiro, mas conseguem fazer recompra de dívida?”

Fonte: *O Globo - RJ*

Data: 20/10/2025

ASSOCIAÇÃO DE SERVIDORES DO MEIO AMBIENTE DIZ QUE A EXPLORAÇÃO DA FOZ DO AMAZONAS REVELA INSISTÊNCIA EM 'MODELO ATRASADO'

Por Luciana Casemiro



Sonda que está perfurando na Bacia Potiguar, e iria para a Foz do Amazonas, vai voltar para a região Sudeste — Foto: Petrobras

A licença de operação concedida pelo Ibama a Petrobras para a perfuração de um poço exploratório na 500 quilômetros da foz do Rio Amazonas e a 175 quilômetros da costa, na Margem Equatorial brasileira, foi fruto de uma análise técnica criteriosa, reconhece a Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente (Ascema Nacional). Em nota, a entidade de classe afirma que, apesar de ser

tecnicamente fundamentada, a expedição da licença mostra “a insistência do Brasil em um modelo de desenvolvimento pautado na expansão da exploração de combustíveis fósseis.”

No texto, a Ascema reforça que como especialistas na área ambiental, os profissionais tem uma visão crítica a este modelo, que consideram “atrasado e incompatível com os desafios da crise climática global e com a promoção de uma agenda socioambiental justa e verdadeiramente sustentável para a Amazônia”.

A nota ressalta que o processo de licenciamento ambiental que "o escopo do licenciamento, da forma como é estruturado hoje, não alcança a análise dos impactos decorrentes do uso final do produto. Ou seja, a avaliação não adentra nas consequências da queima dos combustíveis fósseis que venham a ser extraídos, que é a principal causa do aquecimento global. Esta é uma limitação do próprio instrumento normativo frente à complexidade da agenda climática".

A associação diz que respeita a decisão técnica do órgão licenciador, mas "reafirma sua posição de que o futuro energético do Brasil não pode depender da abertura de novas fronteiras petrolíferas. A decisão estratégica de buscar ou não por essas fontes de energia precede o licenciamento e reflete uma política de Estado que precisa ser urgentemente debatida e reorientada para uma transição energética justa, que respeite os direitos dos povos da floresta e das águas e proteja nossa sociobiodiversidade".

Fonte: *O Globo - RJ*

Data: 20/10/2025

GEOPOLÍTICA, PETRÓLEO E TERRAS-RARAS: ENTENDA O QUE ESTÁ POR TRÁS DAS INVESTIDAS DOS EUA NA AMÉRICA LATINA

Por Luciana Casemiro



Destroier USS Gravely, destacado pelos EUA para seguir em direção à Venezuela
— Foto: Arte/O Globo

O presidente americano Donald Trump vem escalando suas investidas sobre a América Latina. Começou com a tendência de interferência dos Poderes no Brasil, depois ameaça armada à Venezuela, agora suspensão de investimentos e ofensas ao presidente colombiano e a vinculação de mais recursos à Argentina, a vitória do grupo

de Javier Milei nas eleições para a Câmara na próxima semana. Segundo especialistas, há muito mais do que a defesa de uma ideologia de direita em sua estratégia trumpista. Além de manter sua hegemonia política sobre a região, diante do crescimento da influência e dos investimentos chineses, o interesse dos EUA passa pelo petróleo e pelas terras-raras, materiais estratégicos para a indústria de tecnologia de ponta.

— Os Estados Unidos sempre trataram a América Latina como se fosse seu "quintal" e exerceram uma influência ora via soft power, como no mandato de Barack Obama, ora mais hard power, como agora com Trump. No momento em que os Estados Unidos disputam áreas de influência com outros players, especialmente a China, o governo americano quer mostrar que não vai tolerar ingerências no seu quintal, numa tentativa de manter sua posição hegemônica na região, numa estratégia geopolítica — explica Leandro Consentino, cientista político do Insper, que não acredita na escalada de um confronto terrestre com a Venezuela, apesar das falas mais acaloradas de Trump sobre o tema .

O historiador Roberto Moll Neto, da Universidade Federal Fluminense (UFF), não despreza a questão geopolítica, mas avalia que, quando se fala em Venezuela, e nos ataques a navios em águas colombianas, que estariam ligados ao transporte de drogas por exemplo, a questão econômica se sobrepõe.

— O petróleo e as terras-raras, como o lítio, que é abundante na América Latina, são os maiores interesses americanos na região. Ainda mais agora, que há um embate pelo fornecimento desses minerais críticos entre China e Estados Unidos. Soma-se a isso o fato de que Trump se comprometeu na campanha a não fazer guerras fora dos EUA, o que teve impacto na indústria bélica, que possui um lobby fortíssimo. Ao ameaçar a Venezuela com envio de navios e aviões, o

presidente americano atende a esse lobby sem reduzir o apoio da classe média ao seu governo, com uma retórica de que há uma ameaça no "quintal" dos EUA, o que torna esses gastos bélicos legítimos. O mesmo ocorre em relação à Colômbia, na qual Trump adota um discurso de que as drogas colombianas estão destruindo as famílias americanas — explica o professor.

A estratégia trumpista para a América Latina coloca o Brasil numa situação conhecida no bilhar como "sinuca de bico". Maior potência da região, o país não pode se calar diante da interferência americana na soberania de seus vizinhos, sob o risco de perder seu papel de relevância, mas posicionar-se pode prejudicar o recém-criado trilho de diálogo com os EUA.

— A ação americana pode levar o Brasil a perder sua legitimidade como potência na América do Sul, o que inclusive justifica o pleito de ter um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Além disso, em caso de escalada de conflito entre EUA e Venezuela ou mesmo com a Colômbia, o Brasil seria o país mais prejudicado pelo fluxo migratório de refugiados. Esse tema pode acabar na mesa do tarifaço — avalia Moll.

Para Consentino, do Insper, o melhor caminho para o Brasil é adotar uma posição de imparcialidade que o credencie a ser intermediador desses conflitos. Na visão dele, essa pode ser uma oportunidade para o governo brasileiro realinhar seu discurso em relação à Venezuela.

— Apesar do governo brasileiro ter feito críticas a Nicolás Maduro e ter pedido os documentos que comprovassem a eleição, não avançou além disso, quando deveria ter feito uma defesa contundente da democracia na região. A melhor saída agora seria se posicionar como mediador nesse conflito, atuando com os EUA em defesa da soberania do país vizinho, mas também da democracia. Não é do interesse do Brasil, um país com forte tradição diplomática, um conflito na região — reforça o cientista político.

Fonte: *O Globo - RJ*

Data: 20/10/2025

PRESIDENTE ELEITO DA BOLÍVIA, QUE ASSUMIRÁ PAÍS EM CRISE ECONÔMICA, PROMETE CORTAR SUBSÍDIOS E REAPROXIMAR-SE DOS EUA

Rodrigo Paz terá o desafio de conter a inflação mais alta em 40 anos, a escassez de combustível e uma dívida exorbitante

Por O Globo com agências internacionais — Sucre



Novo presidente da Bolívia, Rodrigo Paz — Foto: AIZAR RALDES / AFP

O presidente eleito da Bolívia, Rodrigo Paz, herda um país à beira do colapso econômico e com uma população exausta após duas décadas de governos de esquerda. Economista de centro-direita e filho de um ex-presidente boliviano, Paz venceu Jorge Quiroga no segundo turno no domingo com 54,5% dos votos, prometendo restaurar as relações com os Estados Unidos, reduzir gastos e estabilizar as finanças antes de recorrer, se necessário, ao Fundo Monetário

Internacional (FMI).

— A Bolívia respira ventos de mudança. Ideologia não põe comida na mesa. O que põe é o direito ao trabalho, instituições fortes e propriedade privada — declarou Paz em seu discurso de vitória, ao revelar ter recebido uma ligação de felicitação do vice-secretário de Estado americano, Christopher Landau.

Em um de seus primeiros anúncios como presidente eleito, ele reafirmou o compromisso com a retomada de uma agenda bilateral com os EUA, rompida desde 2008 durante o governo de Evo Morales. A medida se dá em meio a uma tentativa de expansão da interferência da Casa Branca sobre a América Latina, centrada principalmente numa suposta política de repressão ao narcotráfico em países como a Venezuela e a Colômbia. Atualmente, a Bolívia tem como principais aliados a própria Venezuela, além de Cuba, Nicarágua e Rússia.

— No caso específico dos Estados Unidos (...), essa relação será retomada. Temos dialogado especialmente com eles. Acho que isso é muito importante — afirmou Paz em sua primeira coletiva de imprensa após a vitória, acompanhado de seu vice, Edmundo Lara.

À época do rompimento, Morales expulsou o embaixador americano Philip Goldberg, acusando-o de apoiar uma conspiração da direita para dividir o país — o que Washington negou. Ele também expulsou as agências americanas antidrogas (DEA) e de cooperação internacional (USAID). Em retribuição, os EUA também expulsaram o embaixador boliviano. Hoje, a Bolívia é o terceiro maior produtor mundial de cocaína, depois da Colômbia e do Peru.

O chefe da diplomacia americana, Marco Rubio, comentou no domingo que “após duas décadas de má administração, a eleição de Paz representa uma oportunidade de transformação para ambas as nações”.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva também felicitou Paz pela vitória. Lula informou, nas redes sociais, que escreveu uma carta para o presidente eleito. Na mensagem, o presidente brasileiro destacou que a conclusão do processo eleitoral se deu em clima de tranquilidade e harmonia, o que demonstra o compromisso da sociedade boliviana com a democracia, “que deve seguir norteando toda a nossa região”.

Maior crise em 40 anos

Paz tomará posse em 8 de novembro com o desafio de conter a inflação mais alta em 40 anos, a escassez de combustível, uma dívida exorbitante, além de lidar com os possíveis protestos de apoiadores de Morales, indignados por ele ter sido impedido de concorrer — impedido por uma decisão judicial. O país, de 11,3 milhões de habitantes, enfrenta filas de carros nos postos de gasolina e desabastecimento em várias regiões.

O atual presidente, Luis Arce, que renunciou à reeleição diante da impopularidade, esgotou as reservas de dólares do país para manter uma política agonizante de subsídios aos combustíveis. Paz, por sua vez, prometeu eliminar gradualmente os subsídios aos combustíveis — responsáveis por bilhões de dólares em gastos anuais —, mantendo-os apenas para o transporte público e setores vulneráveis, além de afirmar que vai permitir a desvalorização da moeda para atrair mais investimentos estrangeiros.

De acordo com a Reuters, Paz antecipou que pretende firmar um acordo de cooperação econômica de US\$ 1,5 bilhão (cerca de R\$ 8 bilhões, na cotação atual) com Washington para garantir o fornecimento de combustível nos primeiros dias de governo, além de estabelecer novos contratos de pagamento com fornecedores de diesel e gasolina. No discurso desta segunda-feira, ele confirmou que espera que a comunidade internacional o ajude a devolver a gasolina e o diesel aos postos de gasolina.

— Conversamos com o secretário adjunto do governo americano, [Christopher] Landau para iniciar negociações com países amigos como Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina para resolver essa escassez a partir de 8 ou 9 de novembro — garantiu Paz.

A produção boliviana registrou uma contração de 2,4% no primeiro semestre de 2025, segundo dados oficiais. O Banco Mundial projeta que a recessão deve se estender pelo menos até 2027. A inflação, com isso, atingiu 23% em termos anuais em setembro.



Resistência nas ruas e no Congresso

O novo governo deve enfrentar resistência nas ruas, que esperam soluções imediatas, e terá de negociar com o Parlamento, apesar de seu partido ter conquistado de maneira surpreendente a maior bancada, mas sem maioria absoluta. A legenda de Paz, o Partido Democrata Cristão, terá 46 parlamentares, enquanto a Aliança Libre, de Quiroga, terá 39.

— A paciência está se esgotando e vai acabar exatamente quando o próximo governo assumir — disse a cientista política Daniela Osorio Michel, do Instituto GIGA, na Alemanha.

Segundo o jornal *El País*, o presidente eleito disse que já conversou com os partidos no Parlamento para garantir a governabilidade e avançar com as reformas que considera necessárias.

A socióloga María Teresa Zegada afirma que, diante da fragmentação do Congresso, “será inevitável negociar acordos com antigos adversários”. O apoio de Samuel Doria Medina, empresário e líder da Aliança Unidade — terceira maior força parlamentar, com 26 deputados —, pode ser decisivo para garantir governabilidade. Medina disse que “apoiaria quem ganhasse” a eleição.

Sindicatos e movimentos sociais ligados ao ex-presidente Evo Morales já sinalizaram que vão reagir a qualquer tentativa de corte de subsídios. O ex-presidente prometeu “batalha nas ruas e estradas” contra o novo governo.

'Capitalismo para todos'

Durante a campanha, ainda segundo o *El País*, Paz atraiu parte do eleitorado indígena e popular que antes sustentava o Movimento ao Socialismo (MAS), fundado por Morales. Apresentando o conceito de um “capitalismo para todos”, prometeu remover “as barreiras estatais” que dificultam o crescimento de pequenos empreendedores, comerciantes e motoristas de transporte.

— Vamos tentar construir uma economia para o povo. O Estado não será mais o eixo central — afirmou à agência Reuters, poucos dias antes da eleição.

O cientista político Napoleón Pacheco, da Universidade Mayor de San Andrés, alerta que a estratégia gradualista de Paz pode ter efeitos limitados.

— Quando os ajustes são feitos de forma lenta, correm o risco de perder impacto e provocar o efeito inverso. As ruas podem se antecipar ao governo — afirmou o especialista.

(Com AFP e Bloomberg)

Fonte: *O Globo - RJ*

Data: 20/10/2025

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

PETROBRAS RECEBE LICENÇA DO IBAMA PARA EXPLORAR PETRÓLEO NA FOZ DO AMAZONAS

Segundo a empresa, perfuração começará imediatamente

Por Denise Luna (Broadcast) e Renan Monteiro (Broadcast)

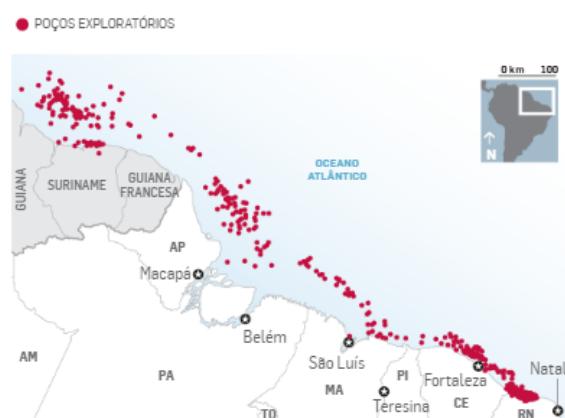
RIO e BRASÍLIA - A Petrobras informou nesta segunda-feira, 20, que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) concedeu a licença de operação para perfuração do poço exploratório Morpho, na bacia da Foz do Amazonas, na Margem Equatorial brasileira - uma região que vai do Rio Grande do Norte ao Amapá, onde está localizado o poço.

Segundo a estatal, já há uma sonda no local e a perfuração será iniciada imediatamente. Na semana passada, o Estadão/Broadcast havia antecipado que o Ibama daria a concessão da licença à estatal até esta segunda-feira, 20.

"Por meio desta pesquisa exploratória, a companhia busca obter mais informações geológicas e avaliar se há petróleo e gás na área em escala econômica. Não há produção de petróleo nessa fase", disse a Petrobras, em nota.

Margem equatorial brasileira

Área é formada por seis Estados: Amapá, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte



Na mesma nota, a presidente da companhia, Magda Chambriard, afirmou que a conclusão do processo "é uma conquista da sociedade brasileira e revela o compromisso das instituições nacionais com o diálogo e com a viabilização de projetos que possam representar o desenvolvimento do País".

A executiva destacou que foram quase cinco anos à espera da licença, nos quais a Petrobras teve como interlocutores governos e órgãos ambientais municipais, estaduais e federais.

"Nesse processo, a companhia pôde comprovar a robustez de toda a estrutura de proteção ao meio ambiente que estará disponível durante a perfuração em águas profundas do Amapá", afirmou Magda. "Vamos operar na Margem Equatorial com segurança, responsabilidade e qualidade técnica. Esperamos obter excelentes resultados nessa pesquisa e comprovar a existência de petróleo na porção brasileira dessa nova fronteira energética mundial."



A presidente da Petrobras, Magda Chambriard Foto: Agência Petrobras

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, por sua vez, reforçou que a exploração na Margem Equatorial será conduzida "dentro dos mais altos padrões internacionais". Ele voltou a comentar, em comunicado, que a área representa o futuro da soberania energética do Brasil.

"O Brasil não pode abrir mão de conhecer seu potencial. Fizemos uma defesa firme e técnica para garantir que a exploração seja feita com total responsabilidade ambiental, dentro dos mais altos padrões internacionais", disse. "O nosso petróleo é um dos mais sustentáveis do mundo, com uma das menores pegadas de carbono por barril produzido."

Uma disputa antiga

O processo de licenciamento ambiental sobre o bloco chamado de FZA-M-59 foi iniciado em 2014. O empreendimento era administrado majoritariamente pela BP Energy Brasil e só em 2020 houve a transferência da operação para a Petrobras, conforme registros processuais em trâmite no Ibama.

No intervalo de 2015 a 2019, pareceres técnicos apontavam falhas e lacunas na definição da estrutura de atendimento à fauna, na realização da Avaliação Pré-Operacional e na aprovação do Plano de Emergência Individual.

Após o processo de transferência da titularidade da operação, a Petrobras solicitou ao Ibama a emissão de licença prévia para a perfuração de exploração. Ou seja, inspeção inicial para atestar a existência de petróleo. Em maio de 2023 o pedido foi indeferido “em função do conjunto de inconsistências técnicas”.

A motivação central para a negativa, em 2023, foi a ausência da Avaliação Ambiental de Área Sedimentar (AAAS) para a região. Os técnicos explicaram que, apesar de regulamentada desde 2012, a AAAS não foi implementada para a região da Margem Equatorial. De acordo com o argumento, isso dificultou a verificação da viabilidade ambiental da atividade.

No mesmo ano, a Advocacia-Geral da União (AGU) publicou parecer no qual conclui que a AAAS não poderia obstar a realização de licenciamento ambiental de empreendimentos de exploração e produção de petróleo e gás natural no país. A manifestação ocorreu em resposta a solicitação do ministro Alexandre Silveira, forte defensor do projeto.

Novas análises

Ainda em 2023 a Petrobras protocolou pedido de reconsideração da decisão de indeferimento da licença ambiental. Foi informado na época a ampliação da chamada base de estabilização de fauna no município de Oiapoque (Amapá), unidade para atuação conjunta com o Centro de Reabilitação e Despetrolização de Fauna (CRD), em Belém (PA).

Essas estruturas são necessárias para a eventual ocorrência de um acidente com vazamento. O pronto atendimento à fauna poderá ser realizado nas duas localidades. Embora retoma a possibilidade de ocorrências neste sentido, o processo é baseado no princípio da precaução. Os chamados Plano de Emergência Individual (PEI) e Plano de Proteção à Fauna (PPF), apresentado pela companhia, passaram pelo escrutínio de diferentes instâncias dentre o Ibama.

O PEI, por si só, descreve todos os procedimentos de resposta a um eventual acidente de poluição por óleo. A operação planejada envolve toda uma estrutura de instalação, com portos organizados, instalações portuárias, plataformas e suas instalações de apoio, etc.

São avaliados, por exemplo, o protocolo de comunicação transfronteiriça, o desempenho da estrutura de combate ao vazamento de óleo offshore, ações de resgate, atendimento e transporte da fauna oleada.

A Petrobras recebeu no mês passado aprovação do Ibama para a Avaliação Pré-Operacional (APO), o simulado de resposta à emergência realizado pela companhia em agosto deste ano. Foi a etapa final do processo de licenciamento ambiental do bloco FZA-M-59, sucedida por pedidos de ajustes pontuais.

O caso é tido como emblemático por ambientalistas tendo em vista o combate às mudanças climáticas. Os defensores, incluindo o ministro Alexandre Silveira, argumentam que o país precisa dos recursos do petróleo para políticas sociais e também para custear a própria transição energética.

Incerteza regulatória

A Ativa Investimentos considerou, em nota, que a concessão de licença para a Petrobras representa “um avanço relevante e retira uma importante incerteza regulatória do radar”.

“Embora o evento ainda não implique mudanças de curto prazo em produção ou fluxo de caixa, é positivo para a tese de PETR4 (ação da Petrobras), pois marca o início de uma nova fase de exploração em uma das últimas fronteiras geológicas inexploradas do País”, disse a Ativa, ressaltando que as reservas provadas da companhia atualmente têm horizonte estimado de cerca de 10 anos, tornando a abertura dessa nova frente estratégica para o longo prazo.

Para as ações da estatal, no entanto, a estimativa da Ativa é de que o impacto sobre a avaliação de preços é limitado, já que o projeto ainda se encontra em estágio inicial. “Contudo, a notícia amplia o potencial exploratório futuro e reforça o posicionamento da Petrobras em uma região com geologia similar à da Guiana, onde recentes descobertas impulsionaram a produção local e o interesse internacional”, disse a corretora.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 20/10/2025

ANÁLISE - MARGEM EQUATORIAL: É PRECISO PERFURAR PARA BENEFICIAR OS ‘EXCLUÍDOS DE ENERGIA’

Após anos de negociações, a Petrobras obtém licença para explorar a Margem Equatorial, com expectativa de resultados em cinco meses

Por Adriano Pires

Logo após as primeiras perfurações bem-sucedidas na Guiana, iniciadas na década de 2010, a Margem Equatorial despertou a atenção do setor de óleo e gás (O&G) brasileiro. E bom lembrar que a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) realizou, em 2013, a 11.^a Rodada de Licitações de Blocos para Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural, tendo a Margem Equatorial como a estrela principal, com reservas estimadas, na época, em 30 bilhões de barris de petróleo, um volume recuperável (produção efetiva) de 7,5 bilhões de barris.

Apostando no potencial da região, a TotalEnergies e a BP arremataram, em consórcio com a Petrobras, cinco blocos na Bacia do Foz do Amazonas, pelo valor total de R\$ 250 milhões. Os planos das companhias, no entanto, não foram bem-sucedidos. Em 2018, o Ibama negou o licenciamento ambiental do empreendimento, configurando um dos principais obstáculos à exploração da região.

Após a recusa, a Petrobras assumiu a operação integral dos blocos, marcando a saída das multinacionais em investimentos na região. Desde então, a petroleira nacional segue negociando com o Ibama as licenças necessárias para o início das operações no local.



A sonda que fará a exploração na Margem Equatorial (Foz do rio Amazonas), a ODN II, já está posicionada, mas nem sempre o primeiro poço traz o resultado esperado Foto: Divulgação/Foresea

Com o início do Governo Lula o assunto voltou ao centro da mesa de debate. Finalmente agora, as vésperas da COP-30, vem a licença ambiental e a Petrobras que já tem uma sonda no local vai poder começar a explorar e, segundo a empresa, os primeiros resultados podem vir em cinco meses.

Vamos ver se as expectativas de grande volume de petróleo e gás se confirmam e com isso a Margem Equatorial poderá substituir o Pre sal, cuja produção começará a decrescer a partir de 2030, mantendo o Brasil como grande produtor de petróleo. A nova fronteira exploratória poderá aquecer o mercado doméstico e atrair o interesse de companhias nacionais e internacionais em futuros leilões organizados pela ANP.

A região denominada Margem Equatorial compreende uma extensão de 2,2 mil quilômetros (km) ao longo da costa entre o extremo norte do Amapá e o litoral do Rio Grande do Norte. A região é composta por cinco bacias sedimentares: Foz do Amazonas (FZA); Para-Maranhão (PAMA); Barreirinhas (BAR); Ceará (CE); e Potiguar (POT). Outro forte indício para a exploração na região é sua formação geológica, idêntica à margem oeste da África e às novas fronteiras das Guianas e do Suriname, todas localizações onde existem consideráveis jazidas de hidrocarbonetos.

A exploração e posterior produção na área trará grandes benefícios sociais e econômicos para os 'excluídos da energia' do Arco Norte do Brasil. Esses benefícios se traduzirão em geração de empregos, aumento da renda, crescimento do mercado desses Estados e melhoria da qualidade de vida, como pagamento de royalties, participações especiais e demais impostos.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 20/10/2025

OPINIÃO - EVENTUAL ACORDO MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA PODE BENEFICIAR CONSUMIDORES

Por Cláudio Considera

Você já deve ter lido, visto e ouvido informações sobre o acordo entre o Mercosul e a União Europeia. E percebido que há um grande interesse do Brasil em firmar esse acordo logo, para ampliar os negócios com os europeus. Talvez, contudo, você e a maioria dos cidadãos não saibam se o consumidor brasileiro será beneficiado por esse provável cenário econômico. Se as companhias europeias cumprirem aqui as obrigações que têm na União Europeia, seremos, sim, beneficiados. Isso depende, porém, do arcabouço legal em torno desse potencial acordo.



A partir da abertura do mercado brasileiro a produtos e serviços estrangeiros, que começou nos anos 1990, nós passamos a nos relacionar, sabendo ou não disso, com companhias de outros países. Foi o que ocorreu, por exemplo, com a privatização de serviços antes públicos, como telecomunicações e energia.

Uma das questões sempre em pauta é a diferença entre a forma como essas empresas atuam no Brasil e em seus países de origem. Os padrões de qualidade e de respeito ao consumidor não são equivalentes lá e cá.

A Europa avançou muito em padrões e exigências para fabricantes e prestadores de serviços. É o que se verifica nas indústrias alimentícia, automobilística e mesmo nas redes sociais. Se mantiverem

esses padrões de excelência em solo brasileiro, por meio da concorrência, elevarão os níveis de atendimento no Brasil.

O fato de contarmos com uma das melhores legislações consumeristas do mundo - o Código de Defesa do Consumidor (CDC) - já é extremamente importante para que os consumidores sejam tratados com todo o respeito merecido. As instituições públicas e privadas que defendem os direitos dos consumidores terão, caso o acordo vire realidade, um grande desafio e oportunidade de evolução.

Explico: caso uma legislação seja mais avançada no Europa do que aqui, em termos de segurança de produtos, não haverá razão para que prevaleça uma versão mais suave no Brasil. Acordos não podem ser somente comerciais, pois envolvem, acima de tudo, pessoas.

Nações deveriam refletir os interesses de seus cidadãos, e isso vale também para os direitos do consumidor. Volto ao assunto porque o acordo será tema de audiência pública no Senado, promovido pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, nesta terça-feira (21/10).

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 20/10/2025

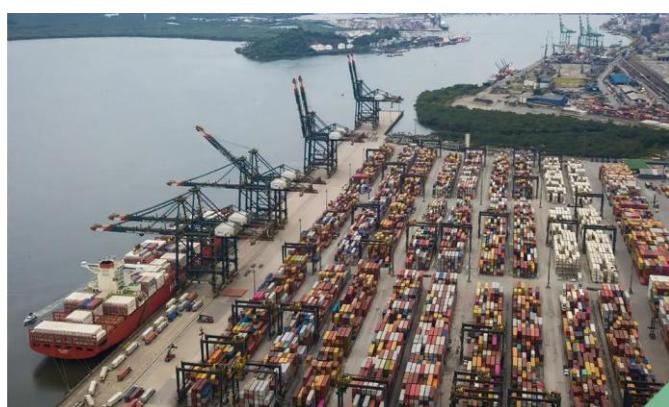


VALOR ECONÔMICO (SP)

BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA TEM SUPERÁVIT DE US\$ 1,11 BI NA 3^a SEMANA DE OUTUBRO

Valor é resultado de US\$ 7,08 bilhões em exportações e US\$ 5,98 bilhões em importações no período

Por Valor — São Paulo



— Foto: Divulgação/Porto de Santos

A balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 1,11 bilhão na terceira semana de outubro, informou a Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Secex/Mdic). O valor é resultado de exportações de US\$ 7,08 bilhões e importações de US\$ 5,98 bilhões no período.

Em outubro, a balança totaliza superávit de US\$

3,30 bilhões e, no ano, soma US\$ 48,77 bilhões.

A média diária de embarques em outubro, até a terceira semana (US\$ 1,411 bilhão) cresceu 6%, quando comparada ao mesmo mês de 2024. Foi impulsionada pelas vendas da indústria extrativa (23,4%) e agropecuária (12,7%). As exportações da indústria de transformação, em contrapartida, recuaram 2,5%.

Já a média diária de importações (US\$ 1,157 bilhão) subiu 1,1% no mesmo período, sustentada pela indústria de transformação (+2,6%). Em contrapartida, as compras da indústria extrativa e da agropecuária recuaram 22% e 0,5%, respectivamente.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 20/10/2025

PRODUÇÃO INDUSTRIAL FICA ESTÁVEL EM SETEMBRO, MAS EMPREGO RECUA, APONTA CNI

O índice que mede a evolução da produção industrial registrou 50,1 pontos no mês passado, praticamente sobre a linha divisória de 50 pontos, o que aponta estabilidade

Por Claudia Violante, Valor — São Paulo



Fábrica da Volkswagen na Via Anchieta, em São Bernardo do Campo (SP) — Foto: Tuane Fernandes/Bloomberg

A produção industrial brasileira ficou praticamente estável em setembro em relação a agosto, de acordo com dados da Sondagem Industrial divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) nesta segunda-feira (20). O índice que mede a evolução da produção industrial registrou 50,1 pontos no mês passado, praticamente sobre a linha divisória de 50 pontos, o que aponta estabilidade.

O indicador de evolução do emprego, por sua vez, foi de 48,9 pontos, evidenciando queda do número de trabalhadores industriais na comparação com agosto. Segundo a CNI, esse resultado é atípico, já que, com exceção de 2023, esse índice vem registrando crescimento no período desde 2020.

Já o índice de evolução do nível de estoques registrou 50,8 pontos, o que aponta acúmulo de estoques na comparação com agosto. Além disso, o indicador de estoque efetivo em relação ao usual passou de 48,8 pontos em agosto para 50,7 pontos em setembro, revelando que o nível ficou acima do que os empresários desejavam.

"Os dados mostram um quadro difícil para a indústria. É importante notar que o acúmulo de estoques indesejado ocorre mesmo com um freio da produção. É um sinal de que a demanda veio mais fraca do que os empresários esperavam", avaliou o gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo.

A Utilização da Capacidade Instalada (UCI) se manteve em 70%. O percentual, no entanto, é menor do que o registrado em setembro do ano passado, quando a UCI chegou a 72%.

O índice que mede a satisfação dos empresários com a situação financeira das indústrias subiu de 48,4 pontos no 2º trimestre para 48,9 pontos no 3º trimestre. A ligeira alta, no entanto, não foi suficiente para alterar o quadro de insatisfação dos industriais com essa variável. Ainda assim, aponta que o descontentamento se tornou menos intenso e disseminado do que no 2º trimestre.

O índice de satisfação com o lucro operacional passou de 42,8 pontos para 43,6 pontos, recuperando parte da queda vista entre o 1º e o 2º trimestres do ano. O índice continua distante da linha de 50 pontos, revelando que os empresários seguem bastante insatisfeitos com os lucros.

A pesquisa mostra também que o índice de facilidade de acesso ao crédito subiu 0,4 ponto, de 39,9 pontos para 40,3 pontos, aproximando-se do valor visto no 1º trimestre. O indicador continua abaixo dos 50 pontos, demonstrando que os empresários continuam com dificuldade para se financiar. Já o índice que mede a evolução do preço médio das matérias-primas caiu 1,8 ponto, passando de 57 pontos para 55,2 pontos. O indicador continua acima dos 50 pontos; com isso, revela que os industriais ainda percebem aumento nos preços.

Problemas

Os empresários apontaram que a alta carga tributária (37,8% das respostas), falta de demanda (28,8%) e juros elevados (27,3%) estão no topo do ranking de principais problemas enfrentados pelo setor no terceiro trimestre ante o segundo.

A falta ou alto custo de trabalhador qualificado foi mencionada por 22,9% dos empresários, ficando na 4ª posição de principais problemas. A competição desleal ficou na 5ª colocação, com 19,1%.

Expectativas

Em outubro, o índice de expectativa de quantidade exportada aumentou 2 pontos, de 46,6 pontos para 48,6 pontos. O indicador continua abaixo dos 50 pontos, revelando projeções de queda das exportações nos próximos seis meses, embora menos intensas do que em setembro.

Os indicadores de expectativa de número de empregados e de compras de matérias-primas recuaram 0,3 ponto em outubro ante setembro. O primeiro caiu para 49,3 pontos, o que aponta para uma expectativa crescente de queda na quantidade de postos de trabalho. O segundo encolheu para 51 pontos, mas ainda reflete intenção de compras de matérias-primas pelos industriais nos próximos seis meses.

Já o índice de expectativa de demanda subiu 0,2 ponto em outubro ante setembro, de 52,3 pontos para 52,5 pontos, revelando que os empresários continuam otimistas com a procura por bens industriais nos próximos seis meses.

O índice de intenção de investimento da indústria passou de 54,4 pontos para 54,8 pontos em outubro. O resultado recupera parte das perdas do indicador entre dezembro de 2024 e setembro de 2025 quando caiu 4,4 pontos.

Para esta edição da Sondagem Industrial, a CNI consultou 1.423 empresas: 592 de pequeno porte; 494 de médio porte e 337 de grande porte, entre 1º e 10 de outubro de 2025.

Fonte: *Valor Econômico - SP*

Data: 20/10/2025

IBAMA: LICENÇA PARA FOZ DO AMAZONAS NÃO AUTORIZA PRODUÇÃO; VEJA O QUE A PETROBRAS PODERÁ FAZER

Órgão diz ainda que, durante a perfuração que ocorrerá, ainda será realizado um novo teste simulado de “resposta à emergência, com foco nas estratégias de atendimento à fauna”

Por Cristiano Zaia, Valor — Brasília



Ibama concede à Petrobras licença de exploração na Foz do Amazonas — Foto: Leo Pinheiro/Valor

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) disse que a licença ambiental concedida à Petrobras para perfuração na Foz do Amazonas, na Margem Equatorial, ocorreu após “rigoroso processo” e esclareceu que o documento viabiliza a pesquisa de petróleo e não permite à empresa produzir petróleo, nem em “pequena escala”.

Nesse primeiro momento, a licença servirá para avaliar se existe petróleo ou não. E, caso haja interesse comercial, num segundo momento, será preciso iniciar o processo tradicional de licenciamento ambiental.



"O Licenciamento Ambiental (LO) emitido hoje (20/10) pelo Ibama é referente à fase exploratória, que tem como objetivo avaliar a existência ou não do recurso. Essa licença não autoriza nenhuma atividade de produção, nem mesmo em pequena escala", afirmou o Ibama ao Valor.

"Caso venha a ser comprovada a existência de petróleo em volume comercial e a empresa manifeste interesse em dar continuidade ao processo, será necessário iniciar um novo licenciamento, dessa vez em rito trifásico: Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação, conforme estabelece a Portaria MMA nº 422/2011", acrescentou o órgão.

Na atual fase, a petroleira poderá perfurar o poço Morpho, no bloco FZA-M-59, na bacia da Foz do Amazonas, "para pesquisa de recurso petrolífero na área", informou o Ibama no início da tarde. Essa Licença de Operação (LO) terá validade de seis anos, período máximo em que a Petrobras poderá perfurar o poço, com duração de cinco a seis meses, informou o Ibama.

Em maio de 2023, o órgão ambiental chegou até a recusar um pedido de licenciamento feito pela empresa. segundo o Ibama, em nota, a partir daí houve uma "intensa discussão, que permitiu significativo aprimoramento substancial do projeto apresentado, sobretudo no que se refere à estrutura de resposta a emergência".

Processo

Segundo o órgão ambiental em nota, após a licença ter sido negada à petroleira em 2023, "Ibama e Petrobras iniciaram uma intensa discussão, que permitiu significativo aprimoramento substancial do projeto apresentado, sobretudo no que se refere à estrutura de resposta a emergência".

Entre os "aperfeiçoamentos implementados" a partir dessas discussões há dois anos, o Ibama destaca a construção e operacionalização de mais um Centro de Reabilitação e Despetrolização (CRD) de grande porte, em Oiapoque (AP) – já existe outro centro desses em Belém (PA) –; a inclusão de três embarcações offshore focadas no atendimento de "fauna oleada"; e quatro embarcações de atendimento nearshore.

"As exigências adicionais para a estrutura de resposta foram fundamentais para a viabilização ambiental do empreendimento, considerando as características ambientais excepcionais da região da bacia da Foz do Amazonas", explicou o órgão ambiental no comunicado.

O Ibama informou ainda que, durante a perfuração que ocorrerá, ainda será realizado um novo teste simulado de "resposta à emergência, com foco nas estratégias de atendimento à fauna"

De acordo com o órgão ambiental, houve a elaboração de um Estudo de Impacto Ambiental (Eia/Rima), três audiências públicas, 65 reuniões técnicas setoriais em mais de 20 municípios do Pará e Amapá, vistorias em todas as estruturas de resposta à emergência e unidade marítima de perfuração, além de uma Avaliação Pré-Operacional – última etapa, que contou com mais de 400 funcionários e colaboradores da Petrobras e equipe técnica do Ibama.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 20/10/2025

TRANSPETRO LANÇA LICITAÇÃO PARA ADQUIRIR 18 BARCAÇAS E EMPURRADORES

A previsão é que as barcaças e empurreadores, embarcações que movimentam cargas flutuantes, entrem em operação em 2026

Por Fábio Couto, Valor — Rio

A Transpetro lançou nesta segunda-feira (20) uma licitação para aquisição de 18 barcaças e 18 empurreadores, voltada para o fornecimento de derivados de petróleo. A previsão é que as barcaças e empurreadores, embarcações que movimentam cargas flutuantes, entrem em operação em 2026.



Segundo a subsidiária de logística da Petrobras, a licitação será dividida em seis lotes, sendo três deles voltados para contratar barcaças e outros três, para empuradores.

Das 18 barcaças a serem contratadas, afirma a estatal, dez terão capacidade de 3 mil toneladas de porte bruto (TPB) e oito, de 2 mil toneladas de TPB.

Barcaças e navio para transporte de combustível —
Foto: Divulgação/Transpetro

O certame permite que um estaleiro vença mais de um lote.

"O novo negócio posicionará a Transpetro como uma das maiores operadoras de barcaças para transporte de derivados de petróleo e biocombustíveis do Brasil nos próximos anos", disse a companhia em comunicado.

Em maio, a empresa havia anunciado a intenção de entrar no mercado de transporte fluvial de combustíveis. Na época, a empresa informou plano de licitar 44 embarcações até o fim de 2026.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 20/10/2025

GOVERNO DE SP DECLARA MOTA-ENGIL VENCEDORA DEFINITIVA DE LEILÃO DE TÚNEL IMERSO SANTOS-GUARUJÁ

A companhia venceu o leilão com desconto de 0,5% sobre a contraprestação pública máxima anual de R\$ 438,3 milhões

Por Beatriz Kawai, Valor — São Paulo



Com a vitória, o projeto avança para fase de definição da área onde será construída a doca de montagem dos módulos de concreto, prevista para acontecer em 2026, em Santos ou em Guarujá — Foto: Divulgação/Autoridade Portuária Porto de Santos

O governo de São Paulo confirmou nesta segunda-feira (20) a vitória definitiva da Mota-Engil Latam Portugal da concessão do túnel imerso Santos-Guarujá, cujo leilão

ocorreu no início de setembro. A companhia venceu o leilão com desconto de 0,5% sobre a contraprestação pública máxima anual de R\$ 438,3 milhões.

Segundo a Secretaria de Parcerias em Investimentos, a agência reguladora Cetesb emitiu a licença ambiental prévia, que atesta a viabilidade do projeto e autoriza o avanço da parceria, garantindo segurança jurídica e previsibilidade ao cronograma. A análise considerou impactos sobre manguezais, fauna, flora, ruído e desapropriações, estabelecendo condicionantes que deverão ser seguidas na fase de licenciamento de instalação.

Com a vitória, o projeto avança para fase de definição da área onde será construída a doca de montagem dos módulos de concreto, prevista para acontecer em 2026, em Santos ou em Guarujá. A

produção dos módulos deve começar em 2027, com montagem da estrutura imersa até 2030. A entrega completa e o início da operação do túnel estão previstos para 2031.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 20/10/2025

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

TKMS INICIA NEGOCIAÇÃO DE AÇÕES NA BOLSA DE FRANKFURT

Da Redação Indústria naval 20/10/2025 - 20:03



A TKMS AG & Co. KGaA ("TKMS"), empresa do setor de construção naval, anunciou, nesta segunda-feira (20), o início das negociações de suas ações na Bolsa de Frankfurt, na Alemanha. Segundo a empresa, a colocação dos papéis na bolsa alemã marca a conclusão da cisão da TKMS da thyssenkrupp AG como uma empresa independente e de capital aberto e a transferência de 49% das ações, com direito a voto e dividendos, da TKMS aos acionistas da thyssenkrupp AG.

Após a divisão, a thyssenkrupp AG permanece como acionista majoritária da TKMS, que tem mais

de 8.500 empregados em três estaleiros, em Kiel, o maior alemão, e Wismar, na Alemanha, e em Itajaí, em Santa Catarina (Brasil). Ela produz sistemas para submarinos e navios de superfície, bem como de eletrônica marítima e tecnologias de segurança.

Segundo a empresa, nos últimos cinco anos, sua carteira de pedidos triplicou, atingindo 18,6 bilhões de euros em 30 de junho de 2025. E a expectativa é de crescer devido ao aumento nos gastos com defesa na Europa e em países aliados nos próximos anos. A TKMS espera que o potencial de mercado para segurança marítima dobre até meados da década de 2030 e projeta crescimento médio anual de receita de aproximadamente 10% no médio prazo.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 20/10/2025

LEVANTAMENTO MOSTRA CRESCIMENTO DAS OPERAÇÕES LOGÍSTICAS EM TODAS AS REGIÕES

Da Redação Portos e logística 20/10/2025 - 20:07



O Perfil dos Operadores Logísticos, estudo elaborado pela Associação Brasileira de Operadores Logísticos (Abol) e divulgado na sexta-feira (17), revela que cresce a atuação das empresas do setor. De acordo com o estudo, 48% das companhias já operam nas cinco regiões do país, enquanto 59% ampliaram sua cobertura territorial. Além disso, 40% oferecem logística internacional.

O levantamento revela que o Sudeste concentra a maior parte das atividades no segmento, com 94%, mas indica crescimento de 25%, para 51% na Região Norte, de 43%, para 69%, no Nordeste e de 37%, para 70% no Centro-Oeste, enquanto no Sul passou de 63% para 76%.

O Perfil dos Operadores Logísticos reúne indicadores sobre desempenho, evolução e desafios da atividade. Segundo a associação, o objetivo é oferecer informações sobre o mercado e sobre as transformações por que passa o setor.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 20/10/2025

EM ENCONTRO EMPRESARIAL, BRASIL DISCUTE AMPLIAÇÃO DA COOPERAÇÃO DA ÍNDIA COM MERCOSUL

Da Redação Economia 20/10/2025 - 19:54



O superintendente de relações internacionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Frederico Lamego, que representou a entidade na comitiva que acompanhou a visita oficial do vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin à Índia, informou que no primeiro dia do Diálogo Empresarial Brasil–Índia, na última quinta-feira (16) em Nova Déli, capital indiana, os dois países avaliaram propostas para ampliar o comércio bilateral, atualmente em torno de 11,7 bilhões de dólares. Além disso, foram iniciadas negociações para

atrair para o Brasil mais investimentos dos asiáticos, que foram de 2,9 bilhões de dólares em 2023, e discutidos avanços na cooperação para a produção de etanol, uma das prioridades da agenda conjunta.

Segundo Lamego, foi firmado compromisso para ampliar o Acordo de Preferências Tarifárias entre o Mercosul e a Índia, atualmente restrito a um número limitado de produtos. Ele explicou que o objetivo é incluir novos setores e reduzir barreiras tarifárias e criar ambiente mais favorável para o comércio bilateral. “A medida é considerada estratégica por empresas brasileiras que enfrentam dificuldades de acesso ao mercado indiano em razão das altas tarifas”, disse.

O superintendente informou ainda que foi decidido pelos representantes dos dois países a implementação do visto eletrônico de negócios pela Embaixada do Brasil em Nova Déli. De acordo com Lamego, a medida estabelecerá reciprocidade com a Índia, que já adota o sistema, vai simplificar o trânsito de empresários e investidores entre os dois países e estimular parcerias comerciais e tecnológicas.

Além disso, Lamego destacou que Brasil e Índia reforçaram a intenção de ampliar a cooperação em fontes renováveis, com destaque para a produção de etanol. Ele explicou que os dois países já compartilham metas ambiciosas de descarbonização e integram a Aliança Global para Biocombustíveis, lançada no G20. “A parceria no setor de energia limpa é considerada uma das mais promissoras da agenda bilateral, com potencial para atrair investimentos e desenvolver novas tecnologias sustentáveis”, disse.

Segundo o representante da CNI, os temas discutidos fazem parte da agenda preparatória para a visita oficial do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Índia, prevista para fevereiro de 2026. Ele adiantou que no período será realizada a primeira reunião do recém-lançado Fórum Empresarial de Líderes Brasil–Índia, organizado pela confederação brasileira e sua congênere indiana, a Federation of Indian Chambers of Commerce and Industry (FICCI).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 20/10/2025

TRANSPETRO ANUNCIA LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE 18 BARCAÇAS E 18 EMPURRADORES

Da Redação - Indústria naval 20/10/2025 - 18:37



A Transpetro anunciou, nesta segunda-feira (20), que fará licitação para a compra de 18 barcaças e 18 empurradores. A empresa informou que a licitação será dividida em seis lotes, sendo três para contratação de empurradores e três para as barcaças, que devem permitir o transporte de um ou mais derivados de petróleo e incorporar tecnologias modernas. De acordo com a companhia, 10 das barcaças terão capacidade para transportar três mil toneladas de porte bruto (TPB) e oito, de duas mil toneladas de porte bruto.

A subsidiária da Petrobras ressaltou que a concorrência é aberta e permite a participação de todas as empresas que atendam aos critérios técnicos e econômicos estabelecidos no edital, que está disponível no portal Petronect, plataforma eletrônica de compras do sistema Petrobras.

Os interessados terão 45 dias para apresentar suas propostas, a concorrência permite que um estaleiro vença mais de um lote, e a previsão é de que as embarcações entrem em operação em 2026. Segundo o presidente da Transpetro, Sérgio Bacci, a expectativa é que a licitação mobilize os estaleiros brasileiros. "A Transpetro segue o compromisso de oferecer demandas perenes para a indústria naval brasileira", afirmou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 20/10/2025

PETROBRAS OBTÉM LO PARA PESQUISA EXPLORATÓRIA NA MARGEM EQUATORIAL

Da Redação Offshore 20/10/2025 - 16:34



A Petrobras anunciou, nesta segunda-feira (20), que recebeu licença ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para a perfuração de um poço exploratório no bloco FZA-M-059, em águas profundas do Amapá, na Margem Equatorial brasileira, a 500 quilômetros da Foz Rio Amazonas e a 175 quilômetro da costa. De acordo com a empresa, a sonda exploratória já está na região, e a perfuração será iniciada imediatamente, com previsão de cinco meses para o término da sondagem.

Segundo a estatal, não haverá produção de petróleo nessa fase inicial e será feita pesquisa exploratória para obter informações geológicas e avaliar se há petróleo e gás na área com escala econômica que justifique a exploração. A Petrobras explicou que, para receber a licença, atendeu aos requisitos determinados pelo Ibama. E que, como última etapa de avaliação, fez em agosto um teste, chamado Avaliação Pré-Operacional (APO), que permitiu ao Instituto do Meio Ambiente comprovar a capacidade da companhia e a eficácia do plano de resposta a emergências.

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, classificou, em comunicado divulgado após o anúncio do Ibama, a obtenção da licença como conquista da sociedade brasileira e disse que ela confirma o compromisso das instituições nacionais com o diálogo e com a viabilização de projetos que possam representar o desenvolvimento do país.

Ela afirmou que a autorização é resultado de cinco anos de negociações com governos e órgãos ambientais municipais, estaduais e federais, através das quais a estatal pôde comprovar sua estrutura de proteção ao meio ambiente. "Vamos operar na Margem Equatorial com segurança, responsabilidade e qualidade técnica. Esperamos obter excelentes resultados nessa pesquisa e comprovar a existência de petróleo na porção brasileira dessa nova fronteira energética mundial", afirmou.

Também na segunda-feira, o Ibama divulgou nota informando que a emissão da licença foi decidida após "rigoroso processo de licenciamento ambiental". Segundo o Instituto, foram feitas, além do Estudo de Impacto Ambiental (EIA/Rima), três audiências públicas e 65 reuniões técnicas setoriais em mais de 20 cidades do Pará e do Amapá.

O documento esclarece ainda que foram feitas vistorias nas estruturas de resposta a emergências e à unidade marítima de perfuração. O instituto antecipou que, durante a atividade de perfuração, será realizado novo exercício simulado de resposta à emergência, com foco nas estratégias de atendimento à fauna.

Ainda de acordo com a nota do Ibama, após negativa em 2023 foi iniciada uma "intensa discussão" com a Petrobras para aprimoramento do projeto apresentado inicialmente, especialmente em relação à resposta a emergências, citando a construção de um centro de atendimento à fauna, na cidade Oiapoque, no Amapá, e que já havia um similar em Belém, no Pará.

A Associação Brasileira das Empresas de Bens e Serviços de Petróleo (Abespetro) classificou como "passo histórico" a licença ambiental do Ibama para a Petrobras iniciar estudos na Margem Equatorial para avaliar a possibilidade de produção de petróleo extraído de águas profundas na região. Segundo a entidade, a decisão abre oportunidades para a indústria brasileira e para a melhoria dos indicadores socioeconômicos do país. Em nota, a Abespetro afirmou que a Petrobras é há décadas "a locomotiva do setor e indutora de grandes avanços para a economia brasileira" e que a empresa "cumpriu rigorosamente todas as exigências e requisitos para a obtenção da licença".

Para a Abespetro, "a produção de petróleo e a industrialização que ela induz são fatores imprescindíveis para que o Brasil mantenha o atual ritmo de criação de empregos de alta qualificação e remuneração". Além disso, a associação considera a exploração na Margem Equatorial "de particular relevância para as regiões Norte e Nordeste do país".

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) também manifestou apoio à decisão do Ibama. A entidade considera a autorização um avanço importante para avaliar o potencial de produção de petróleo e gás em uma área de alta relevância estratégica. Segundo o presidente da CNI, Ricardo Albal, a decisão do Ibama demonstra que é possível compatibilizar desenvolvimento econômico e preservação ambiental.

Um levantamento do Observatório Nacional da Indústria da CNI sobre os impactos econômicos e sociais da atividade na Margem Equatorial indica que o desenvolvimento da região pode criar 495 mil novos empregos formais, acrescentar R\$ 175 bilhões ao Produto Interno Bruto (PIB) e produzir R\$ 11,23 bilhões em arrecadações indiretas. "A concessão da licença reforça a importância de políticas que conciliem crescimento econômico, geração de empregos e responsabilidade ambiental", disse Albal em nota.

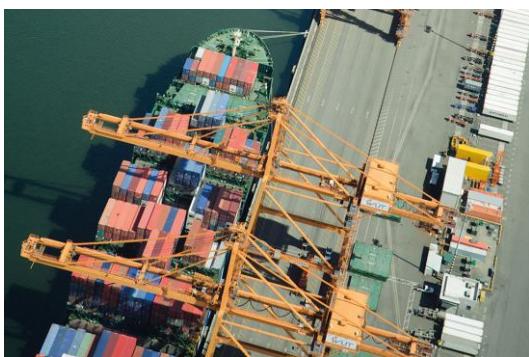
Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 20/10/2025

ARRECADAÇÃO DO AFRMM SOMA R\$ 3,3 BILHÕES NO ACUMULADO DO ANO

Por Danilo Oliveira Navegação 20/10/2025 - 12:59

De janeiro a setembro, R\$ 943 milhões foram direcionados ao financiamento de embarcações, alta de 51% sobre mesmo período de 2024



Os valores arrecadados no Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) totalizaram R\$ 3,3 bilhões no acumulado dos nove primeiros meses de 2025. O montante ficou cerca de 3% abaixo dos R\$ 3,4 bilhões arrecadados no mesmo período de 2024. No terceiro trimestre, a arrecadação bruta ficou em R\$ 1 bilhão, 27% a menos que o apurado entre julho e setembro do ano passado (R\$ 1,46 bilhão).

A arrecadação líquida nos nove primeiros meses do ano ficou em R\$ 2,7 bilhões, 9% abaixo do mesmo período do ano passado (R\$ 3 bilhões). No terceiro trimestre, a arrecadação líquida caiu 33% em relação ao mesmo período de 2024, passando de R\$ 1,3 bilhão para R\$ 870 milhões. As informações constam no relatório trimestral do AFRMM consolidado pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor).

Os valores líquidos incluem os itens relativos à emenda constitucional 135/2024, que desvincula os 30% das receitas de contribuições sociais, impostos, taxas e multas da União até o final de 2032 (DRU), bem como a parcela que cabe ao Fundo da Marinha Mercante (FMM) referente à arrecadação para os fundos: Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT (3%); do Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo – FDEPM (1,5%); e Naval – FN (10,40%).

No terceiro trimestre, cada um desses itens (FMM, DRU, FNDCT, FDEPM e FN) teve variação positiva de aproximadamente 9,3% na comparação ano a ano, uma vez que são proporções fixas da arrecadação total.

O quantitativo de recursos arrecadados ao FMM (receita total) no terceiro trimestre foi de R\$ 1,9 bilhão, 7,7% inferior aos R\$ 1,8 bilhão no mesmo período de 2024. No acumulado do ano, esse quantitativo ficou em R\$ 5,9 bilhões, com variação positiva de 23% em relação aos nove primeiros meses do ano passado (R\$ 4,7 bilhões).

O relatório traz ainda que, de julho a setembro de 2025, foram aplicados R\$ 624 milhões de recursos do FMM, 101% acima dos R\$ 311 milhões desembolsados no mesmo período de 2024. Do total no 3T24, R\$ 384 milhões foram para financiamento de projetos de embarcações, 169% acima dos R\$ 143 milhões no terceiro trimestre do ano passado. Não houve repasses dos agentes financeiros para estaleiros. Já para financiamento de projetos do segmento Infraestrutura portuária e aquaviária foram repassados R\$ 35,2 milhões aos mutuários pelos agentes financeiros.

Ao todo, R\$ 943 milhões foram direcionados ao financiamento de embarcações nos nove primeiros meses do ano, alta de 51% em relação ao mesmo período de 2024 (R\$ 627 milhões). De janeiro a setembro de 2025 foram contabilizados R\$ 17,6 milhões referentes a empréstimos para projetos de estaleiros, 14% acima dos R\$ 15,4 milhões computados de janeiro a setembro de 2024. Nos nove primeiros meses de 2025, os agentes financeiros repassaram efetivamente R\$ 104,3 milhões referentes ao financiamento a projetos de infraestrutura portuária e aquaviária, 298% a mais frente aos R\$ 26,2 milhões para o segmento repassados no mesmo período do ano passado.

No acumulado dos três trimestres de 2025 não houve registro de ressarcimento às empresas brasileiras de navegação (EBNs) da parcela que lhes cabe do AFRMM. Esses valores correspondem às parcelas que deixaram de ser recolhidas em razão dos casos de não incidência previstas nas leis 9.432/1997 e 10.893/2004. Já o ressarcimento relativo à Receita Federal somou R\$ 205 milhões no terceiro trimestre do ano, ante R\$ 168 milhões de julho a setembro de 2024. No acumulado do ano, este ressarcimento soma R\$ 538 milhões, 49% a mais que nos nove primeiros meses de 2024 (R\$ 361 milhões).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 20/10/2025

ARTIGO - COMO O BR DO MAR PODE TRANSFORMAR A LOGÍSTICA NACIONAL?

Por Maria Gimena Scott Opinião 20/10/2025 - 16:35



A regulamentação do programa BR do Mar representa um passo importante para o transporte marítimo no Brasil, ao reforçar como a cabotagem pode ser uma alternativa mais competitiva e sustentável, além de abrir espaço para mais embarcações, novas rotas e, naturalmente, mais oportunidades de trabalho.

No entanto, vale lembrar que o decreto regulamenta o programa BR do Mar, cuja adesão é voluntária. Ao optar por participar, a Empresa Brasileira de Navegação (EBN) passa a contar com condições específicas para ampliar sua frota, especialmente por meio do afretamento por tempo. Dessa forma, a modalidade fica condicionada ao uso de embarcações sustentáveis em determinadas situações, alinhando a expansão da cabotagem aos compromissos ambientais do país.

O decreto também trouxe uma inovação relevante ao tratar do afretamento a casco nu previsto nos §§ 1º a 4º do art. 10 da Lei nº 9.432/1997. Nessas hipóteses específicas, passou a ser exigido que as embarcações atendam aos critérios de "embarcação sustentável". Embora a medida reforce a agenda de segurança ambiental e social, os parâmetros concretos ainda dependem de portaria, o que mantém o setor em expectativa quanto à definição objetiva dos requisitos. Esse ponto reforça a necessidade de maior clareza regulatória, essencial para garantir previsibilidade e segurança a investimentos de longo prazo.

De modo geral, a regulamentação fortalece a competitividade ao atrair novos players, ampliar as opções de afretamento e desburocratizar processos. Isto faz com que a cabotagem se torne mais acessível e eficiente, contribuindo para uma matriz de transporte equilibrada.

Com mais de oito mil quilômetros de costa, o Brasil tem vocação natural para o transporte marítimo. A navegação costeira desponta como peça-chave para reduzir custos logísticos, mitigar gargalos do transporte rodoviário e impulsionar o desenvolvimento regional. Diversas análises do setor indicam o grande potencial de crescimento da cabotagem de contêineres nos próximos anos, com benefícios relevantes também para a agenda ambiental, já que cada carga transferida do modal rodoviário para o marítimo representa redução significativa de emissões de CO₂.

Além de sustentável, a navegação costeira atende empresas de diferentes portes em todas as regiões, democratizando o acesso logístico e fortalecendo a integração nacional. Ao oferecer um modal seguro, competitivo e de longo alcance, gera impactos positivos que vão muito além do setor marítimo, alcançando toda a economia brasileira.

Capaz de reduzir custos logísticos e impulsionar o desenvolvimento e a inovação da indústria naval, a navegação costeira pode ser considerada o xeque-mate da logística brasileira. Reconhecê-la como um pilar estratégico da competitividade nacional, integrando-a a uma matriz de transporte mais inteligente, sustentável e resiliente, é indispensável.



Portanto, a regulamentação da BR do Mar representa um avanço relevante, mas somente com visão de longo prazo, infraestrutura adequada, incentivos corretos e clareza regulatória será possível consolidar a cabotagem como base de uma logística moderna, resiliente e alinhada às exigências globais de sustentabilidade.

Maria Gimena Scott é CFO da Norcoast

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 20/10/2025

SISTEMAS INTELIGENTES SÃO APOSTA DA ASCENZ MARORKA PARA O MERCADO BRASILEIRO

Por Danilo Oliveira *Indústria naval* 17/10/2025 - 21:29



Empresa francesa, que tem parceria com Macnor Marine, vê oportunidades com soluções integradas que ajudam operadores a identificar ineficiências e reduzir consumo de combustível e emissões

A Ascenz Marorka apresentou para players da indústria marítima brasileira soluções digitais para embarcações inteligentes, com tecnologias específicas desenvolvidas para a navegação mercante e o segmento offshore. A empresa francesa, que tem parceria com a Macnor Marine no Brasil há cerca de um ano, apostou em sistemas que ajudam operadores a identificar ineficiências e reduzir o consumo de combustível e as emissões.

O seminário, promovido pelas duas empresas na última semana, no Rio de Janeiro (RJ), contou com a presença de representantes de empresas como Petrobras, Transpetro, Cenpes, Shell, Total Energies, Brava energia, Vale, além de estaleiros e armadores. No evento, o CEO da Ascenz Marorka, Aziz Bamik, disse que as empresas desse setor precisam de soluções eficientes para enfrentar uma jornada global de desafios regulatórios e de cibersegurança.

A colaboração com a empresa brasileira ampliou a presença local e o suporte técnico da Ascenz no país. O diretor da Macnor, Pedro Guimarães, destacou à Portos e Navios que a equipe passou por treinamentos intensivos sobre todo o portfólio de produtos e que, juntas, as empresas já concluíram com sucesso a primeira aplicação para o grupo CBO.

As soluções dedicadas à economia de combustível e diminuição de emissões de gases incluem o sistema de monitoramento de combustível (EFMS), que fornece dados em tempo real sobre o consumo, além do controle avançado de performance da embarcação e a otimização de viagem por “weather routing”, que ajuda no planejamento das rotas com informações do clima.

Para a Macnor, o Brasil é um dos mercados offshore mais dinâmicos do mundo, impulsionado pela rápida expansão dos campos de pré-sal nas bacias de Santos e Campos. Guimarães destacou que, em 2025, a produção nacional se aproxima dos 5 milhões de barris de óleo equivalente por dia, sendo cerca de 80% provenientes do pré-sal — um salto expressivo em relação a menos de 1 milhão em 2000. “O país se consolidou como um polo global em implantação de FPSOs, engenharia submarina e logística offshore”, afirmou.

O diretor da Macnor ressaltou que, com a Petrobras e parceiros internacionais lançando novos projetos em águas profundas, o setor offshore brasileiro vem impulsionando a demanda por embarcações, serviços marítimos e infraestrutura de energia, abrindo caminho para uma década de crescimento sustentado e oportunidades de investimento. “Paralelamente, o setor marítimo e offshore passa por uma transformação digital voltada a aumentar a eficiência, reduzir emissões e promover operações mais sustentáveis”, observa Guimarães.

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 17/10/2025

RIO GRANDE RECEBERÁ INVESTIMENTOS DE R\$ 337 MILHÕES PARA MELHORAR INFRAESTRUTURA E OPERAÇÃO PORTUÁRIA

Da Redação *Portos e logística* 17/10/2025 - 19:35



O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) anunciou, na última quinta-feira (16), a liberação de R\$ 337 milhões para obras para melhorar a infraestrutura e as condições de operação do Porto Organizado de Rio Grande, no Rio Grande do Sul. Além disso, foi anunciada a redefinição da poligonal do terminal, o que, segundo a Pasta, visa a dar a ele mais racionalidade administrativa e abrir espaço para atrair investimentos privados, especialmente de segmentos industriais e offshore.

O projeto de readequação do porto excluiu a área do Estaleiro Rio Grande, que tem com de 974.000 metros quadrados (m²) e será destinada a receber terminais de uso privado (TUPs). Além disso, o ministério anunciou que o Terminal Marítimo Bianchini passará por adequação para ganhar mais autonomia operacional.

De acordo com o ministro de portos e aeroportos, Silvio Costa Filho, o Porto de Rio Grande receberá aportes que podem chegar a R\$ 3 bilhões do Programa de Aceleração do Crescimento (Novo Pac), dos quais R\$ 2,5 bilhões já estão confirmados, para obras que vão permitir a expansão.

Segundo Costa Filho, os investimentos fazem parte do plano de reconstrução do estado do Rio Grande do Sul após as enchentes registradas em 2024. "Estamos aplicando mais de R\$ 2,5 bilhões em investimentos, dentro de um esforço nacional de reconstrução e crescimento do Rio Grande do Sul", afirmou.

Na visita que fez a Rio Grande para anunciar os investimentos, Costa Filho adiantou que o ministério está trabalhando para efetivar até 15 de novembro a guarda portuária. "Nossa meta é efetivar, até 15 de novembro, a portaria da Guarda Portuária, fortalecendo a categoria e garantindo mais estabilidade e prioridade institucional ao setor", afirmou o ministro.

O MPor explicou ainda que coordena ações da Portos RS em projetos para melhorar a infraestrutura portuária, elevar padrões de eficiência e melhorar a governança. Eles, segundo a Pasta, representam cerca de R\$ 500 milhões em investimentos públicos e privados e incluem a modernização do Porto Novo, dragagens de manutenção, pavimentação interna e implantação do sistema Vessel Traffic Service (VTS).

Além disso, Costa Filho informou que estão sendo feitos estudos para a concessão do canal de acesso do Porto de Rio Grande, no modelo de parceria público-privada, para garantir manutenção permanente e instalação de sinalização. "Com a dragagem, vamos ampliar a competitividade e receber navios maiores", disse.

O presidente da Portos RS, Cristiano Klinger, explicou que o terminal mantém calado operacional de 15 metros, o que permite a atracação de embarcações de grande porte, e opera com sete frentes de trabalho simultâneas. "A combinação de infraestrutura eficiente e operação integrada é o que assegura competitividade e sustentabilidade a nossa atividade", afirmou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/10/2025

GOVERNO, SINDICATOS E SETOR DE TRANSPORTES FIRMAM TERMO PARA TRANSIÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Da Redação Navegação 17/10/2025 - 21:57

Representantes dos ministérios dos Portos e Aeroportos (MPor), dos Transportes (MT) e do Trabalho e Emprego (MTE) e de sindicatos, federações e confederações de trabalhadores e de empresas do setor de transportes assinaram, na última quinta-feira (16), no Rio de Janeiro, um memorando para discutir e adotar mudanças nas relações de trabalho. O objetivo, segundo os signatários, é criar uma

parceria tripartite para atualizar contratos de trabalho e adaptá-los às novas tecnologias e condições de emprego e prestação de serviços.



O acordo prevê a formação de grupos para discussão permanente sobre a relação entre empresas e empregados com objetivo de estabelecer uma transição justa que garanta aos trabalhadores melhorias das condições de trabalho, segurança para exercer suas atividades, programas de saúde e treinamentos para acompanhar a evolução das tecnologias. Estabelece ainda a adoção de programas de respeito à diversidade e de combate a discriminações.

Em princípio, o acordo valerá por cinco anos, mas passará por revisões a cada dois anos para avaliação e, quando necessário, atualização das ações conjuntas. Pelo que foi definido no memorando, as iniciativas deverão respeitar as competências institucionais de cada parte e serão discutidas e adotadas de forma transparente e sempre em colaboração entre os representantes do governo, dos trabalhadores e das empresas.

Para a CONTTMAF, o setor de transporte sai na frente com a primeira iniciativa setorial efetiva envolvendo governo, empresas e trabalhadores para estabelecer compromissos conjuntos para uma transição justa. "Este memorando é um passo histórico para garantir que a transição energética e tecnológica nos transportes aconteça com proteção aos trabalhadores, diálogo social e geração de empregos decentes", afirmou Carlos Augusto Müller, presidente da CONTTMAF e do Comitê Global de Transporte Sustentável da ITF.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/10/2025

ANP AUTORIZA RETOMADA DA OPERAÇÃO DO FPSO PEREGRINO NA BACIA DE CAMPOS

Da Redação Offshore 17/10/2025 - 19:15



A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) autorizou, nesta sexta-feira (17), através ofício divulgado por sua Superintendência de Segurança Operacional, o reinício da produção do FPSO Peregrino, no campo de Peregrino, na Bacia de Campos, operado pela empresa Equinor em parceria com a Prior. A paralisação havia sido determinada no último dia 15 de agosto deste ano pela agência após auditoria no Sistema de Gestão da Segurança Operacional (SGSO).

Após a paralisação da produção, a Equinor anunciou que seguiria todas as recomendações da agência reguladora e que faria as adequações necessárias à liberação da exploração no campo de Peregrino. A produção no campo foi, segundo a empresa, de 97,5 mil barris de óleo equivalente por dia no segundo trimestre de 2025.

A produção de petróleo no Campo de Peregrino, descoberto em 1994 a 85 quilômetros da costa, foi iniciada em 2011. Em maio de 2025, a Prio terminou a compra de 100% dos campos de Peregrino e de Pitangola, adquirindo os 60% controlados pela Equinor. A conclusão da operação, sujeita à avaliação da ANP e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), está prevista para até meados de 2026.

Roberto Monteiro, CEO da Prio, anunciou, também nesta sexta-feira, que a retomada da operação será imediata. "A decisão nos permite retomar a plena capacidade de produção e continuar gerando valor para nossos acionistas", afirmou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/10/2025

MOVIMENTAÇÃO DO PORTO DE SÃO FRANCISCO CRESCE EM SETEMBRO E NO ACUMULADO DO ANO

Da Redação Portos e logística 17/10/2025 - 19:25



A administração do Porto de São Francisco do Sul, em Santa Catarina, anunciou nesta sexta-feira (17) que o terminal catarinense registrou em setembro aumento de 3,3% na movimentação de cargas, com 1,53 milhão de toneladas, contra as 1,48 milhão de toneladas do mesmo mês de 2024. Segundo a autoridade portuária, houve aumento também no acumulado de janeiro a setembro de 2025, com 13,5 milhões de toneladas, 5% a mais que nos nove primeiros meses do ano passado, quando o total foi de 12,9 milhões de toneladas.

Em setembro de 2025, as cargas de exportação que passaram por São Francisco do Sul somaram 824,7 mil toneladas, sendo 543 mil toneladas de soja e 271 mil toneladas de milho. Já as de importação no mês atingiram 708 mil toneladas, com 318 mil toneladas de fertilizantes e 369 mil toneladas de bobinas de aço.

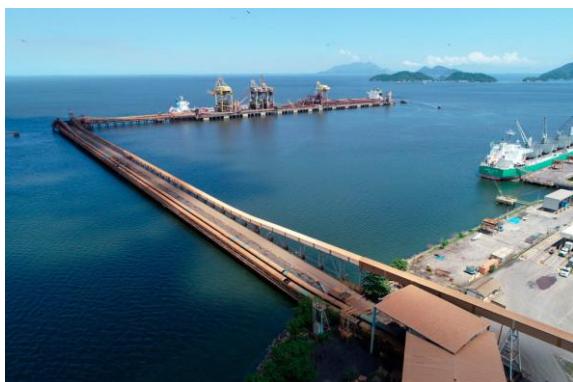
O secretário estadual de Portos, Aeroportos e Ferrovias (Spaf) de Santa Catarina, Beto Martins, disse que os números positivos se devem à adequação do porto para atender às demandas e exigências do mercado. "O resultado confirma a importância para o mercado internacional catarinense e brasileiro", afirmou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/10/2025

PORTO DE ITAGUAÍ PASSARÁ POR DRAGAGEM EMERGENCIAL

Da Redação Portos e logística 17/10/2025 - 19:40



O diretor-presidente da PortosRio, empresa que administra os portos públicos do estado do Rio de Janeiro, Flávio Vieira, anunciou na última quarta-feira (15) que será feita ainda em 2025 uma dragagem emergencial do canal de acesso ao Porto de Itaguaí. O objetivo é restabelecer as condições de navegabilidade e eliminar restrições a embarcações de grande porte.

Segundo Vieira, a decisão foi tomada porque a praticagem identificou pontos de assoreamento que comprometem a segurança da navegação e que limitam a entrada de navios de grande porte ao período de maré cheia. "Decidimos agir imediatamente e realizar a dragagem dos pontos críticos. Essa ação vai restabelecer a navegabilidade plena e garantir que as operações ocorram durante todo o dia", disse.

Ele explicou que o serviço emergencial será realizado como parte do plano de investimentos para o Porto de Itaguaí, que prevê a dragagem completa do canal. O anúncio do presidente da PortosRio foi feito durante o II Fórum de Acessibilidade Marítima da Baía de Sepetiba, promovido pelo Sindicato



INFORMS

INFORMATIVO - MERCO SHIPPING

Edição: 161/2025
Página 61 de 61
Data: 20/10/2025
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

dos Operadores Portuários do Porto de Itaguaí (Sindopita) em Mangaratiba. O evento, parte das comemorações dos 25 anos da entidade, discutiu desafios e projetos para a região.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/10/2025



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 20/10/2025